



REVISTA DO

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO

Dezembro/2014
Ano IV – Número 6

Secretaria de
Políticas para as Mulheres

ISSN 2179-4545

REVISTA DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO

Mulheres no Esporte

Dezembro/2014
Ano IV – Número 6

Secretaria de
Políticas para as Mulheres



© 2014. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES, Trecho 2, Lote 22. Edifício Tancredo Neves, 1º andar
70200-002 – Brasília-DF
Fone: (61) 3313-7091
spmulheres@spm.gov.br
www.spm.gov.br

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

observatorio@spm.gov.br
<http://www.facebook.com/observatoriogenero>
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>
<https://twitter.com/ObservaGenero>

Equipe Técnica do Observatório Brasil Igualdade de Gênero
Ana Julieta Teodoro Cleaver
Filipe Hagen Evangelista da Silva
Miguel Antonio Santos Filho

Revisão e Edição
Ana Julieta Teodoro Cleaver
Camila Fidelis Maia
Filipe Hagen Evangelista da Silva
Miguel Antonio Santos Filho
Renata Barreto Preturlan

Projeto Gráfico e diagramação
Ascom / SPM-PR

Agradecimentos
Agradecemos a todas as/os autoras/es dos textos que, com suas colaborações, fizeram essa publicação ser possível. Agradecemos a Renata Barreto Preturlan, que fez parte da equipe técnica do Observatório durante a elaboração desta edição da Revista.

Distribuição gratuita
1ª Tiragem: 1000 exemplares em Dez/2014

As informações emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade das/os autoras/es, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Esta publicação utiliza linguagem inclusiva em seus textos.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. 80p.

1. Política Nacional para as Mulheres. 2. Mulheres. 3. Igualdade de gênero. 4. Feminismo
II. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres. III. Brasil

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Lourdes Maria Bandeira

Secretária Executiva

Vera Lucia Lemos Soares

Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Aparecida Gonçalves

Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Tatau Godinho

Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

Linda Goulart

Chefe de Gabinete

Sônia Malheiros Miguel

Assessora Especial

Raimunda Celestina de Mascena

Assessora Especial

Índice

Apresentação	7
Ministra Eleonora Menicucci	
Editorial	9
Esporte e lazer: Direitos de meninas e mulheres de todas as idades	11
Beatriz Helena Matté Gregory	
As mulheres, o esporte e o direito de ser	15
Silvana Goellner	
Mulheres em campo driblando preconceitos	19
Antonia Ceva	
Liliane Brum Ribeiro	
Livia Nascimento Monteiro	
Paulo Correa	
Schuma Schumacher	
A invisibilidade e a trajetória das mulheres no futebol brasileiro	25
Heloisa Helena Baldy dos Reis	
Osmar Moreira de Souza Júnior	
Representações sociais da dor no Mixed Martial Arts (MMA) feminino	36
Luís Otávio Teles Assumpção	
Emanuelle Santos Camelo	
Avanço da participação das mulheres nas políticas públicas de esporte	44
Cássia Damiani	
Gênero e esporte na escola: reflexões a partir da Declaração de Brighton sobre mulheres e esporte	53
Helena Altmann	
As mulheres e a imprensa esportiva	59
Elaine Romero	
Erik Giuseppe	

Índice

Dados sobre Mulheres e Esporte no Brasil: desafios para as políticas públicas	68
Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	
Entrevistas	73
Terezinha Guilhermina	
Adriana Behar	

Apresentação

É com muito entusiasmo que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) apresenta a *Revista Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Essa publicação contempla reflexões sobre a presença feminina no esporte e sobre o exercício do direito ao lazer e esporte pelas mulheres.

Os anos que antecederam 2014 foram de muita expectativa por parte da população brasileira em razão da realização de um dos maiores eventos esportivos do mundo – a Copa do Mundo de Futebol Masculino. Parte desse sentimento permanece ainda, pois outras grandes competições se avizinham – as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, a serem realizadas no Rio de Janeiro – e requerem a mesma dedicação para terem uma organização exitosa. Êxito que passa pela atenção que o Governo Federal tem dado ao esporte e seu amplo espectro de atuação e alcance. A realização de eventos esportivos desse porte cativa as atenções de todas as gerações e estimula o interesse pelas modalidades esportivas e pela prática saudável da atividade física. Incentiva, também, a reflexão sobre a saúde da população: em que medida a/o brasileira/o está engajada/o em alguma atividade de lazer ou exercício físico, quantas horas semanais despende nessas atividades; se meninas e mulheres se interessam e praticam atividades físicas tanto quanto meninos e homens; entre outras questões.

A partir da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em dezembro de 2011, a SPM/PR deu início ao processo de pactuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015. O PNPM é o principal marco do compromisso do Estado brasileiro com a igualdade de gênero e, em sua última edição, incluiu o esporte como temática específica. Ações de responsabilidade compartilhada com o Ministério do Esporte foram agregadas a fim de promover maior participação e a inserção igualitária de mulheres e homens nos espaços de esporte e lazer, considerando as dimensões étnicorraciais, de condição social, orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência. O estabelecimento de metas, objetivos e linhas de ação para essa temática realça a relevância das atividades esportivas e de lazer no interior do Plano. Trata-se, de fato, de uma dimensão da vida das mulheres que necessita ser transformada e que é marcada pela desigualdade de gênero e pela insistente reprodução de estereótipos quanto ao feminino e ao masculino. Essa desigualdade é ainda mais acentuada quando se considera as mulheres com deficiência. Entendo, portanto, como oportuna a temática proposta nesta edição, contribuindo para com o debate sobre a crescente participação das mulheres nos esportes e sobre seu desempenho profissional na área, bem como sobre os porquês históricos de seu desigual acesso aos espaços de lazer, à prática esportiva, aos cargos de técnicas e árbitras e aos cargos decisórios de instituições desportivas.

Além de preocupar-se com a participação de meninas e mulheres nos esportes, seja como atletas olímpicas ou paraolímpicas, assim como com sua profissionalização de um modo geral, a SPM/PR, unida ao Ministério do Esporte, tem atuado desde 2012 para fortalecer o futebol feminino brasileiro. Em 2013, estabelecemos uma parceria

com a Caixa Econômica Federal para, após 12 anos, retomar o campeonato brasileiro de futebol feminino, que buscamos fortalecer ainda mais em 2014, ao estimular os grandes times de futebol a investir no futebol feminino. Ao mesmo tempo, foi aprovado, na Lei de Incentivo ao Esporte, o Projeto para a construção, em Foz do Iguaçu, do Centro de Excelência de Futebol Feminino – que também estará aberto a outras modalidades; procurou-se fortalecer a Copa Libertadores da América de Futebol Feminino; assim como, apoiou-se a realização de competições nacionais de futebol feminino escolar e universitário. Associando esporte e cidadania, a SPM/PR também buscou chamar a atenção durante sua formação das voluntárias e voluntários do Ministério do Esporte sobre a participação das mulheres nos esportes e distribuiu uma carta de acolhida às mulheres por ocasião do Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014.

A promoção dos esportes paraolímpicos, contemplando mulheres e homens com deficiência, tem recebido atenção especial do Governo Federal. O esporte paraolímpico é considerado nos Programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Bolsa Atleta. Além disso, foi criada uma versão do Programa Segundo Tempo adaptada para o público universitário e implementada em várias universidades do país. O Programa Bolsa Atleta, por sua vez, fomenta atletas paraolímpicas/os desde o início de sua implementação, com 33% das bolsas a atletas paraolímpicas/os de 2014 destinadas a mulheres. O Brasil trouxe 43 medalhas das Paraolimpíadas de Londres, 11 delas conquistadas pelas mulheres, alcançando a sétima posição na classificação geral, à frente de países como Itália, Espanha e Alemanha.

A Revista aborda questões como os resultados que os programas de governo e políticas públicas têm apresentado no que se refere ao lazer e ao esporte de alto rendimento praticado pelas mulheres; e as bases de dados que oportunizam (ou não) a análise da situação de meninas e mulheres no lazer, na prática de exercícios e nos esportes de alto rendimento.

Os artigos e entrevistas apresentados nesta edição contribuem para com a reflexão sobre as mudanças que a sociedade brasileira vem passando para alcançar maior igualdade de gênero na área do esporte e lazer. Que a oportunidade de sediar as maiores competições esportivas em nosso país possa incentivar o debate amplo – inclusive dentro das escolas – sobre as desigualdades ainda vividas nesta área, estimular as mulheres a estarem cada vez mais presentes nos espaços de lazer e de práticas esportivas e nos altos postos diretivos do esporte; contribua para a regularização de modalidades, como o futebol feminino, como atividade profissional; e promova a produção regular de estatísticas e informações sobre a situação das mulheres neste campo.

Eleonora Menicucci
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Presidência da República

Editorial

O ano de 2014 inaugurou um importante período de eventos esportivos para o país, que voltou a receber a Copa do Mundo de Futebol masculino após 64 anos e receberá em 2016, pela primeira vez, as Olimpíadas e Paralimpíadas. Na esteira dessas grandes competições esportivas, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero lança esta edição de sua Revista sobre a temática “Mulheres no esporte”, trazendo um conjunto de artigos e entrevistas com a intenção de apresentar análises sobre o acesso de meninas e mulheres às práticas desportivas e ao lazer.

O texto que abre a Revista do Observatório, *Esporte e lazer: Direitos de meninas e mulheres de todas as idades*, de **Beatriz Helena Matté Gregory**, apresenta o caminho de avanço e destaque feminino no esporte nacional e reflete sobre as barreiras que ainda persistem e precisam ser ultrapassadas para que o direito ao esporte e lazer seja exercido em condições de igualdade entre mulheres e homens.

O artigo *As mulheres, o esporte e o direito de ser*, de autoria de **Silvana Vilodre Goellner**, historiciza a participação feminina na prática do esporte e discute como se deu a luta das mulheres para poderem praticar (quase) todas as modalidades desportivas e frequentar espaços relacionados ao esporte e ao lazer. Em seguida, o **Coletivo de pesquisadoras/es da Redeh** nos apresenta com o artigo *Mulheres em campo driblando preconceitos*, texto que discute a invisibilidade histórica das mulheres que “se aventuram pelos gramados” no país do futebol. Também discutindo a participação e aspectos da profissionalização feminina na modalidade reconhecida

como “paixão nacional”, **Heloísa Reis** e **Osmar Souza Júnior** contribuem com o artigo *A invisibilidade e a trajetória das mulheres no futebol brasileiro*. O artigo *Representações sociais da dor no Mixed Martial Arts (MMA) feminino*, de **Luís Otávio Teles Assumpção** e **Emanuelle Santos Camelo**, revela-nos uma leitura muito interessante sobre como as mulheres praticantes das Artes Marciais Mistas lidam com as lesões, a dor e os preconceitos em um espaço quase totalmente ocupado pelos homens.

Por outro lado, o interessante estudo elaborado a partir da análise da mídia impressa, *As mulheres e a imprensa esportiva*, de **Elaine Romero** e **Erik Giuseppe**, discute como a imprensa esportiva brasileira noticia e apresenta as/os atletas, contribuindo para a perpetuação de estereótipos de gênero e a desigual visibilidade dada às mulheres atletas. Na sequência, *Gênero e esporte na escola: Reflexões a partir da Declaração de Brighton sobre mulheres e esporte*, de **Helena Altmann**, traz um rico debate sobre a aprendizagem esportiva escolar no Brasil e as questões de gênero, a partir do documento internacional do qual o Brasil é signatário. O artigo redigido por **Cássia Damiani**, *Avanço da participação das mulheres nas políticas públicas de esporte*, analisa sob a perspectiva de gênero as políticas públicas desenvolvidas e implementadas pelo Ministério do Esporte. Finalizando a seção de textos, o artigo *Dados sobre Mulheres e Esporte no Brasil: desafios para as políticas públicas*, redigido pela **equipe técnica do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, discute a limitada disponibilidade

de informações, dados e estatísticas sobre mulheres e esportes.

Por fim, a Revista apresenta as entrevistas realizadas com **Terezinha Guilhermina** (atleta paralímpica do atletismo e integrante do Conselho de Atletas do Comitê Paralímpico Brasileiro) e **Adriana Behar** (ex-jogadora de vôlei de praia e atual Gerente de Esportes de Alto Rendimento do Comitê Olímpico Brasileiro). Pode-se conhecer, assim, um pouco mais sobre as suas trajetórias no esporte, os desafios de suas carreiras e as suas contribuições para a igualdade de gênero no mundo dos esportes.

Boa leitura a todas e todos!

As mulheres avançam! No mundo e também em nosso país! Ocupam mais e mais espaços e são reconhecidas por sua capacidade não apenas de lidar com as questões sociais, mas de serem excelentes, seja qual for a área escolhida! Há mulheres que se destacam na Engenharia, mulheres que fazem sucesso na Matemática, na Física, na Química. Da mesma maneira que há mulheres ótimas nas Licenciaturas, na Enfermagem, na Psicologia e tantas outras ocupações. Assumem postos importantes e se notabilizam na gestão de grandes empresas públicas e privadas, assim como assumem com competência cargos legislativos e executivos na esfera municipal, estadual e federal.

No esporte, igualmente, as mulheres se distinguem por seu talento. Foram elas que trouxeram quatro das seis medalhas alcançadas pelo Brasil nas duas últimas Olimpíadas – 2008, em Pequim e 2012, em Londres. Tiveram também um ótimo desempenho nas Paraolimpíadas. E, ao se reprimir os registros esportivos, poder-se-ia citar muitas esportistas que se destacam e se destacaram na história do país.

Entretanto, isso não significa que o caminho tenha sido fácil e nem que tudo esteja bem. Assim como nas outras áreas, foram vencidos inúmeros obstáculos e ainda persistem muitas barreiras e dificuldades para que meninas e mulheres de todas as idades possam vivenciar integralmente seu direito ao esporte e lazer.

A análise da história mostra que foi um trajeto árduo desde que uma

mulher brasileira participou pela primeira vez de uma Olimpíada – em Los Angeles, em 1932 –, até a conquista das primeiras medalhas, em Atlanta, em 1996. Para se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas e do esforço realizado pela atleta naqueles jogos de 1932, a nadadora Maria Lenk teve que competir com uniforme emprestado e, assim como outros 68 atletas da equipe brasileira, vendeu o café levado no porão do navio para financiar a viagem.

Pode-se citar ainda a coragem e determinação de Aída dos Santos, única mulher na seleção brasileira a ir às Olimpíadas de Tóquio em 1964. Mesmo sem técnico e com sapatilha emprestada, conseguiu vaga na final e ficou em quarto lugar no salto em altura, tornando-se conhecida como a Leoa de Tóquio.

Foi igualmente uma intensa batalha sair do futebol de várzea, do futebol amador e da contínua busca pela profissionalização sem nenhum apoio nos clubes e sem esporte de base, para se chegar às medalhas de ouro do futebol feminino nos Panamericanos de 2003 e 2007 e às medalhas de prata na Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2007 e nas Olimpíadas de 2004 e 2008. Assim como demandou grande esforço e dedicação a conquista de medalhas importantes no Vôlei, no Basquete, no Handebol e várias outras modalidades.

Da mesma maneira, foi um longo caminho – que exigiu firmeza e determinação, com o enfrentamento de preconceitos e ausência de estrutura – até a chegada, nas últimas Olimpíadas, à medalha de ouro no judô e à medalha

¹ Coordenadora-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, além de integrar a Coordenação da União Brasileira de Mulheres-DF e o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal. Psicóloga, com Pós Graduação em Gestão de Pessoas e em Gestão de Pessoas no Setor Público

de bronze no boxe. Como reflexo de uma sociedade patriarcal e machista, até 1979 essas modalidades, juntamente com as diferentes variações de futebol, foram proibidas às mulheres em razão da regulamentação do Decreto-Lei 3.199 de 1941. Tais esportes foram considerados incompatíveis com as condições da natureza feminina, causando um atraso no desenvolvimento esportivo das atletas brasileiras.

O que se constata com clareza é que as vitórias conquistadas até pouco tempo atrás foram resultado da resistência, da garra e persistência das mulheres atletas. Apenas na última década começaram a aparecer políticas e investimentos destinados a facilitar e incentivar a participação das mulheres no esporte. E, mesmo com essas políticas, formuladas e implementadas em parceria com o Ministério do Esporte, não é simples e não se consegue a curto prazo mudar a cultura, quebrar estereótipos e vencer discriminações e desigualdades que se somam e agravam as outras dificuldades.

As consequências das concepções machistas e sexistas são sentidas pelas mulheres em seu dia a dia, desde crianças, quando, a princípio, seu mundo ainda estaria livre de convenções. Considera-se natural que meninos brinquem com bola e meninas com bonecas, que enquanto os meninos saem para as atividades esportivas no contra turno escolar, como o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, as meninas tenham que ficar em casa, cuidando dos irmãos menores. Na escola, ainda é comum professoras e professores separarem meninas e meninos nas aulas de Educação Física, definindo esportes diferentes para cada grupo. Aos meninos, futebol, às meninas, vôlei! E quando a educadora ou educador percebe a contradição e coloca meninas

e meninos na mesma atividade, jogando futebol, por exemplo, é muito fácil as meninas não receberem passes de bola e não serem envolvidas nas jogadas, com o argumento de que são frágeis, não têm agilidade, ou não são boas na modalidade. E é preciso comprar briga para que sejam tratadas com igualdade, tenham os mesmos espaços e mesmas chances de exploração das possibilidades.

Do mesmo modo, é bastante frequente que as mulheres jovens e adultas tenham dificuldade para participar do esporte recreativo, pois são vistas como as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados. Por essas mesmas razões, é considerado natural que o lazer para as mulheres frequentemente se limite aos espaços privados, em casa, ao lado das filhas e filhos, enquanto os homens vão para os clubes, para o bar, aproveitando suas atividades de lazer no espaço público, inclusive com pretensa prioridade no uso de equipamentos esportivos.

Os preconceitos e desigualdades também se fazem sentir sobre o esporte de rendimento. A beleza física ainda aparece como uma das exigências, explícitas ou veladas, para contratação em determinados clubes de futebol. Ao mesmo tempo, as mulheres enfrentam diferenças salariais significativas com os homens na atuação esportiva, embora de forma distinta de acordo com a modalidade. Um exemplo é o futebol, onde os melhores jogadores homens ganham muitas vezes a mais do que ganham as melhores jogadoras mulheres e na maioria das vezes elas são consideradas amadoras e só recebem ajuda de custo. Além disso, na utilização de recursos, sejam eles públicos ou resultantes de patrocínio privado, a grande maioria dos clubes e instituições os direciona apenas ou quase que exclusivamente para as equipes

masculinas. Soma-se a esses aspectos o fato de que a participação das mulheres no esporte é ainda invisível, ocupando um tempo irrisório nos noticiários esportivos, sendo que pouquíssimas competições e campeonatos são transmitidos.

E aqui é preciso ressaltar que o futebol feminino é emblemático quando se fala sobre a participação das mulheres no esporte e lazer. O Brasil tem um número enorme de mulheres que jogam futebol – 400 mil que o praticam regularmente, conforme o Atlas do Esporte – e é nessa modalidade, da mesma forma que no atletismo, que as desigualdades de gênero se somam com mais força às desigualdades de classe e etnicorraciais.

Outro aspecto que chama a atenção é a existência do teto de vidro com relação ao acesso das mulheres aos cargos de maior influência e poder que, como nas outras esferas, também ocorre no mundo do esporte. É escassa ainda a quantidade de mulheres que assumem funções de técnicas ou treinadoras em equipes importantes, assim como são pouquíssimas as mulheres na gestão das organizações esportivas ou na arbitragem. As mulheres não chegam a 10% do total de árbitras e árbitros vinculadas/os à Confederação Brasileira de Futebol considerando as categorias de árbitro, assessor, assistente e delegado, sendo que nesta última as mulheres são apenas 3%.

As situações acima citadas mostram que, apesar dos avanços, ainda se tem uma grande distância a percorrer até que se possa dizer que o direito ao esporte e lazer está sendo exercido em condições de igualdade entre mulheres e homens.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

– SPM/PR tem clareza de que é papel também das políticas públicas mudar essa realidade e garantir às meninas e mulheres de todas as idades o pleno direito ao esporte e ao lazer. Assim, considera importante buscar o fortalecimento de uma imagem feminina sem estereótipos também no esporte e promover a inserção igualitária de mulheres e homens nessa área, seja ela profissional ou não, com especial atenção aos recortes de classe social, etnicorraciais, geracionais, de orientação sexual e às especificidades das mulheres com deficiência.

Para além do cotidiano das mulheres nesse mundo ainda tão masculino, nesse momento o Brasil vive uma situação peculiar relacionada à realização de grandes eventos esportivos programados para acontecer no país até o fim desta década. Tanto a Copa do Mundo de Futebol masculino, ocorrida na metade deste ano de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016 e posteriormente a Universíade de Verão, que acontecerá em Brasília, em 2019, abrem perspectivas para as mulheres brasileiras e devem deixar um legado a elas. Nenhum país é democrático se não tiver um tratamento igualitário entre mulheres e homens. De forma análoga, podemos dizer que nenhum legado é realmente significativo se não traz mudanças positivas também para as mulheres.

A realização desses grandes eventos no país representa um momento oportuno para disseminar na sociedade o debate sobre a participação das mulheres no esporte e no lazer, sobre os preconceitos que limitam a sua participação, sobre as desigualdades e injustiças existentes e a necessidade de superá-las. Também se coloca como um momento favorável ao fortalecimento da imagem da mulher atleta e da mulher torcedora, assim como para mostrar a capacidade das mulheres para assumirem outras funções nesse

campo, como técnicas e árbitras, assim como na mídia e gestão esportiva.

Além das possibilidades de trabalho e atuação profissional geradas para as mulheres pelo esporte em si, novas oportunidades surgiram com os grandes eventos esportivos. Assim, a SPM/PR buscou contribuir para que as mulheres pudessem aproveitar a situação favorável relacionada ao trabalho nos ramos de turismo, hotelaria e serviços de um modo geral, assim como na construção das arenas e outras obras relacionadas à Copa.

No período da Copa, também preocupava a possibilidade de ampliação da exploração sexual de mulheres, meninas e adolescentes, o que levou o Governo Federal – SPM/PR, Secretaria de Direitos Humanos e outros órgãos – a desenvolver ações de prevenção, assim como ações para enfrentar as situações concretas. Os levantamentos posteriores ao evento mostraram que as medidas foram acertadas, não se registrando aumento significativo dessa prática criminosa durante os meses do evento.

Considerando o conjunto de aspectos acima abordados e compreendendo a necessidade da formulação de políticas em torno do tema, desde 2011 a SPM/PR vem dialogando com os vários setores do Ministério do Esporte, assim como com outros Ministérios responsáveis pela execução de políticas associadas de alguma forma ao que se julga importante nesse âmbito. Tais esforços resultaram na pactuação de metas e ações que foram incorporadas ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, abrangendo os aspectos mais importantes relacionados a esse direito.

A questão central para a SPM/PR, ao introduzir políticas específicas no PNPM, era assegurar o lazer – e com ele o esporte – como um direito. Direito assegurado

pela Constituição Federal e que assume relevância pois se coloca como um fator essencial à promoção da cidadania, à inclusão social, à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. A Carta Magna arrola o lazer como um dos direitos sociais em seu artigo 6º, lado a lado com o trabalho, educação, saúde, alimentação, moradia e segurança e deve, portanto, ser assegurado a todas e todos indistintamente.

Assim, o PNPM, em seu capítulo 8, contempla linhas de ação voltadas para a ampliação do conhecimento da realidade e para a busca de maior divulgação e valorização da participação das mulheres nos esportes; dá ênfase ao estímulo às práticas esportivas pelas mulheres e à ampliação de sua participação nos programas e projetos públicos voltados para o esporte e o lazer; indica o apoio às atletas e sua profissionalização, encorajando-as a ocupar as diversas funções possíveis no mundo do esporte; e propõe, ainda, ações específicas para o período dos grandes eventos esportivos.

Há uma determinação com relação à promoção e fortalecimento da participação das mulheres nos esportes e no lazer, mas ampliar e qualificar essa participação não é uma questão isolada e demanda uma conjunção de esforços. É necessário aprofundar e espriar esse debate e contribuir para que essas questões ganhem espaço nas agendas, envolvendo sociedade civil e órgãos governamentais nas diversas esferas, aproveitando esse momento propício vivido no país. Que em futuro breve possamos vislumbrar uma nova realidade para as mulheres, no esporte e na vida, condizente com seu grau de participação na sociedade, assim como com o tamanho, as riquezas e o desenvolvimento do nosso país!

A participação das mulheres brasileiras no esporte principiou em meados do século XIX, no entanto foi a partir das primeiras décadas do século XX que se ampliou, adquirindo maior visibilidade no cenário urbano. O desenvolvimento industrial, as novas tecnologias, a urbanização das cidades, a chegada de imigrantes e o fortalecimento do Estado demandaram o surgimento de novas possibilidades culturais, reconfigurando o espaço público com a apropriação de distintos grupos sociais. Junto com essas mudanças, ecoavam as lutas femininas empreendidas na Europa, as quais projetaram novas perspectivas para as mulheres brasileiras, dentre elas, uma maior presença na vida social das cidades. Obviamente, essa perspectiva foi mais significativa para as mulheres das elites, que já frequentavam as rodas de intelectuais, festas e eventos sociais e para quem o esporte se consolidou como uma acessível opção de divertimento.

Nas primeiras décadas do século XX, proliferaram os clubes recreativos, as agremiações, as demonstrações atléticas, os clubes de ginástica, os certames esportivos e os parques de lazer, multiplicando o número de espectadores e participantes de modo a imprimir nas cidades a imagem do espetáculo. Considerado de caráter aristocrático, familiar e saudável, o esporte passou a ser incentivado pelos médicos higienistas, que se encarregaram de divulgá-lo ao conjunto da população, visto que exerciam grande influência na intimidade das famílias. Foi em nome da educação física, moral,

sexual e social da sociedade brasileira que estes médicos prescreveram normas de comportamento, orientando a conduta de mulheres e homens sobre o asseio, os banhos, as vestimentas, os hábitos alimentares e a realização de atividades físicas.

Esse discurso, aliado ao da construção de um projeto de engrandecimento da nação, foi acolhido por intelectuais, militares, pedagogos e juristas, que referenciavam o esporte como uma forma privilegiada de desenvolver as virtudes da raça e a saúde da população. Essa representação atingiu diretamente as mulheres, pois o fortalecimento do seu corpo foi associado ao futuro do país, na medida em que se entendia que a preservação e a constituição de uma boa maternidade conduziram à regeneração da sociedade e à formação de gerações futuras fortes, robustas e saudáveis.

Ainda que houvesse esse incentivo, a presença das mulheres não se deu sem a existência de reações conflituosas. O cuidado com a aparência, a mudança de atitude, o desnudamento do corpo, o uso de artifícios estéticos e a exibição performática das atletas amenizaram o discurso da maternidade como uma obrigação, ressignificando a apropriação do esporte, que passou a ser reivindicado como um espaço de sociabilidade, de exibição e de reconhecimento na vida pública. Essa configuração desestabilizou o domínio masculino nesse campo específico, cuja construção generificada tinha como justificativa aspectos

2 Professora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Memória do Esporte e do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História (GRECCO). Pesquisadora produtividade em pesquisa do CNPq.

relacionados à diferenciação biológica dos corpos, atestando a superioridade dos homens em relação às mulheres. Ao mostrarem-se capazes no universo cultural do esporte, elas desacomodaram representações culturalmente construídas, o que acabou por provocar atitudes conservadoras e arbitrárias.

A reação mais contundente e que representou um retrocesso às conquistas das mulheres na vida pública foi a elaboração do Decreto-Lei nº 3.199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941, que oficializou a interdição da prática de algumas modalidades esportivas identificadas como impróprias à “natureza” feminina. Tal proibição perdurou até 1979, momento no qual as mulheres ingressaram com mais força no mercado de trabalho, os movimentos sociais e feministas promoviam rupturas com atitudes conservadoras e os ideais de feminilidade já não eram os mesmos daqueles proclamados nas primeiras décadas do século, quando a maternidade definia o que era considerado como uma verdadeira mulher.

Sobre esse tema, considero relevante enfatizar que a existência desse documento e de outros criados posteriormente não anulou a participação das mulheres naquelas modalidades que lhes foram proibidas. Indiferentes às convenções morais e sociais, muitas delas aderiram à sua prática independente do discurso oficial da interdição. No entanto, não foram reconhecidas e suas conquistas permanecem nas zonas de sombras, porque invisibilizadas pela história oficial e pouco registradas em fontes alternativas de produção e divulgação de informações. Com isso, afirmo que tal proibição teve consequências

nefastas para a inserção, a permanência e a legitimação das mulheres no esporte vivenciado no Brasil. Sua longa duração criou representações, práticas e discursos que ainda hoje reverberaram na nossa sociedade, ocasionando poucos investimentos tanto direcionados para a ampliação da sua participação em algumas modalidades, quanto para a diversificação da sua atuação na gestão, no comando técnico de equipes, na arbitragem, entre outras possibilidades de viver do esporte. Esse contexto tem promovido não apenas a marginalização das mulheres nesses campos, como também a anulação simbólica de suas realizações, visto que ainda são pouco conhecidos os seus feitos.

Um dos argumentos que legitima essa situação tem origem no início do século XX e está ancorado em uma representação que aponta ser o esporte um espaço produzido por e para homens. Fundamentada nas diferenças biológicas que apontam a fragilidade do corpo feminino, essa representação, assentada na “natureza” dos corpos, fomentou uma visível desigualdade entre os sexos na apropriação do esporte. Promoveu também a aceitação da ideia de que a mulher, quando exercitada em demasia, poderia se masculinizar, fundamentalmente nas modalidades que exigem força e potência, capacidades consideradas inadequadas para uma representação de feminilidade que se desejava preservar. Esse argumento perdurou por longa data, minimizando possíveis atrevimentos. A preservação de atributos tais como a beleza, a graça, a delicadeza, a harmonia das formas caminhava lado a lado com a preocupação de que o mundo esportivo poderia macular a honra das senhoras e senhoritas, meninas e

mulheres, seja porque sua aparência não correspondia ao esperado de uma “verdadeira mulher”, seja porque seu comportamento extrapolava as normas de gênero em vigência.

Passado muito tempo da edificação desses argumentos, tal representação não está de todo superada. Apesar da crescente presença das mulheres na vida esportiva do país, ainda é possível identificar situações nas quais a fragilidade e a suposta masculinização das mulheres são referenciadas para “feminizar” algumas modalidades que demandam corpos que rompem com a feminilidade normatizada. O futebol exemplifica esta situação. O número de brasileiras que praticam esse esporte aumentou significativamente, se comparado a décadas anteriores. Porém, ainda ronda os campos e estádios o espectro de que sua prática é prioritariamente de homens e as mulheres que nela se inserem são sujeitas a vários preconceitos, como a associação de sua imagem à homossexualidade ou à perda de atributos femininos.

Discursos como esse são direcionados também para outras modalidades esportivas, em especial as que exigem força e que exibem musculaturas potencializadas. Mais do que uma preocupação estética focada na aparência desses corpos performantes que são transformados pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, há uma associação linear entre a ausência de atributos da feminilidade normatizada e a suspeição de que a mulher que habita esse corpo “viril” vivencia seus desejos, amores e prazeres a partir de um referente que não o da heterossexualidade.

Tal associação parece se configurar porque os corpos, os comportamentos e as subjetividades de determinadas mulheres tensionam uma representação de feminilidade que toma como natural a harmonização entre corpo, gênero e desejo. Uma representação construída pelo saber biomédico do início do século XIX, segundo a qual os corpos entendidos como normais passam a ser o masculino e o feminino, compreendidos como diferentes e complementares. Vale lembrar que a ciência – e, especialmente, a medicina – trabalhou arduamente no sentido de atribuir uma série de características e atributos emocionais e comportamentais distintos para cada sexo. Quando essa linearidade é rompida, se coloca o preconceito, a injúria e por vezes o insulto, pois parece que algo está “fora da ordem natural das coisas”. Ou melhor, fora da ordem de uma rede discursiva que tornou algo como natural e, por consequência, como desviante aquilo que não corresponde a essa ordem e que, por assim ser, é tributário de correção.

Terreno fértil para muitas reflexões, questões como estas afetam a presença das mulheres no esporte e, historicamente, têm privilegiado o discurso biologicista como capaz de dizer sobre a verdade dos sujeitos, de classificá-los e hierarquizá-los. Cabe perguntar: não seria mais produtivo pensar o esporte indiferente do gênero? Talvez esse pudesse ser um caminho para minimizar as desigualdades que se fazem sentir não apenas na dimensão do esporte de rendimento, mas também no esporte escolar e de lazer.

Gostaria ainda de mencionar que a desigualdade de gênero no âmbito do esporte se dá também nos setores de organização e de direção de entidades, clubes e associações, na condução de

equipes como treinadoras e técnicas, na arbitragem e em tantas outras ocupações que conformam o universo esportivo. Registro ainda que muitas das mulheres que conseguem romper com essas barreiras historicamente construídas e culturalmente legitimadas não são valorizadas o quanto merecem. Além disso, não é raro encontrar na Educação Física escolar disparidades relevantes no que se refere ao acesso de meninas e meninos ao esporte, assim como tem sido desigual a apropriação dos espaços de lazer, tais como parques e praças, cujos equipamentos geralmente são de usufruto de meninos e homens.

As desigualdades de gênero ainda são notórias em outro espaço significativo para a consolidação do esporte: a mídia. Além de as mulheres serem sub-representadas nesse campo, o modo como são visibilizadas, não raras vezes, noticia aspectos periféricos, como a aparência das jogadoras, árbitras, torcedoras, treinadoras, gestoras, em detrimento de aspectos técnicos relacionados às suas carreiras e performances. Tal representação conforma a ideia de que a beleza é uma obrigação, uma meta em função da qual as mulheres devem investir esforços, energias, dinheiro e emotividades. Nesse sentido, a mídia transforma o esporte em um palco no qual se dá a construção de imagens corporais espetacularizadas, cujos corpos valorizados e, portanto, exibidos são belos, dinâmicos, potentes e sensuais. Raramente a mídia, inclusive a esportiva, exhibe os esforços, desgastes, sofrimentos, suores e cansaço. As mulheres retratadas são atléticas e sorridentes, observadas por meio de imagens que desenham uma estética visual na qual o corpo é evidenciado como um objeto de consumo, e não

como um território no qual se expressa uma trajetória de vida plena de emoções, investimentos, frustrações e conquistas.

Considerando que o esporte é um campo de disputas e de significação, torna-se necessário buscar estratégias para romper com as representações que ao longo do tempo foram conferindo às mulheres um papel menor na história do esporte nacional. Ressaltar seu protagonismo e registrar suas histórias são primeiros passos, pois colaboram para retirar do ostracismo pessoas que investem suas vidas em prol da consolidação de um sonho, uma meta ou um desejo. Significa reconhecer que o esporte é um direito de quem dele deseja participar, independentemente de sexo, gênero, classe social, credo religioso, geração e capacidade física. A miopia prevalente em relação à presença das mulheres no esporte, em suas mais diferentes manifestações, resulta de representações culturais há muito arraigadas em nossa sociedade. Urge desconstruí-las, o que requer conhecimento, sensibilidade e intencionalidade política. Afinal, há muito elas vivem o esporte como um modo de ser, de se expressar e de conviver. Reconhecer essa presença é tarefa necessária, pois ao se sentirem valorizadas, outras meninas e mulheres vão aderir ao esporte como lazer ou profissão. Façamos a nossa parte.

Apresentação

Nos meses de junho e julho de 2014, o Brasil recebeu a Copa do Mundo de futebol masculino. Nesse contexto de grande efervescência do esporte que se caracteriza como paixão nacional, propomos um outro olhar sobre o futebol. Para evidenciar a invisibilidade que acompanha as mulheres que ousam se aventurar pelos gramados, a Redeh organizou a exposição Mulheres em Campo Driblando Preconceitos, no Museu da República, Rio de Janeiro, onde cada visitante, além de convidado a refletir sobre questões de gênero e esporte pôde descobrir “onde estão as mulheres no futebol, no país do futebol?”⁴.

Da primeira partida de futebol feminino no Brasil, até hoje, quase cem anos se passaram. Um século de bola rolando e de conquistas das mulheres com avanços, impedimentos, bandeiradas, preconceitos e dificuldades. Cartão amarelo, ou vermelho, não faltou! E, claro, também muitos gols!

Em Terra Brasilis uma bola na trave

Conta a história que a chegada do futebol ao país ocorreu no final do século XIX. A presença das mulheres era entendida como algo que ‘embelezava’ o espetáculo, ficando elas restritas à torcida. Inclusive, assim chamada,

porque as moças torciam suas luvas por conta do nervosismo e da emoção do momento.

Logo se espalhou e caiu no gosto popular. Em uma sociedade brasileira marcada pelo racismo, machismo e sexismo, o futebol logo caracterizou-se como esporte masculino. A presença de senhoritas e senhoras da elite restringia-se à torcida. Filhos no campo e filhas na arquibancada, como bem destacou Mario Filho em O Negro no Futebol Brasileiro (1964). Vale lembrar que nesse período as mulheres já lutavam por algumas bandeiras. A criação do Partido Republicano Feminino, em 1910, por Leolinda Daltro, evidenciou a luta do movimento feminista pelo direito ao voto, que começou no século XIX, por algumas iniciativas individuais, quando a política passou a fazer parte da vida social e privada no país.

Foi nesse cenário que chamou a atenção da imprensa e do público a partida divulgada como pioneira e que ocorreu em 1913, em São Paulo. Homens e mulheres disputariam a bola num evento de caráter beneficente, visando arrecadação de fundos para a construção de um hospital infantil da Cruz Vermelha. Bola na trave! Dias depois, alguns jornais denunciaram que o time das jogadoras eram jogadores do América travestidos de mulheres, com perucas e vestidos.

3 A equipe de pesquisadoras/es da Redeh é composta por Antonia Ceva, Liliane Brum Ribeiro, Livia Nascimento Monteiro, Paulo Correa, Schuma Schumacher.

4 Essa pesquisa vem sendo realizada há vários meses e compõe o trabalho que a Redeh vem organizando sobre as mulheres no esporte. Além da exposição, foram feitos seminários com ex e atuais jogadoras, árbitras, treinadoras e pesquisadoras dos temas de gênero e racismo no futebol, bem como um seminário final em que estiveram presentes a SPM/PR, Ministério do Esporte, CBF, atletas, treinadoras e dirigentes do mundo esportivo sobre “O futebol feminino que queremos para o Brasil”.

As mulheres entram em campo: as precursoras - Décadas de 1920 e 1930

Antes do apito final, no período em que o futebol ainda era chamado de foot-ball, um gol de pênalti deu a vitória ao time de São Cristóvão, na partida contra o Vasco, no estádio do Fluminense. O jogo foi noticiado em maio de 1929 pelo jornal “A Manhã” e o destaque foi dado para a magnífica jogadora Zazá, que marcou os dois gols da partida. Essa e outras notícias aparecem nos jornais da década de 1920 e 1930 e contam partes da história do futebol feminino no Brasil. Em se tratando do âmbito dos esportes, poucas atividades físicas eram “permitidas” às meninas e mulheres.

Nesse período, dentre as principais vozes em defesa dos direitos das mulheres destaca-se Bertha Lutz, uma das fundadoras e líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922; entidade que teve importância nacional nos debates sobre o voto feminino, introduzido no código eleitoral, por Getúlio Vargas, no dia 24 de fevereiro de 1932.

Foi nessa década que o futebol tornou-se um dos elementos da identidade nacional e sua popularização evidenciou conflitos raciais existentes. Vestir a camisa da seleção brasileira suscitava o debate de quem deveria representar o país nos torneios internacionais. Foi nesse contexto, também, que assistimos das arquibancadas o foot-ball, mais adiante tornar-se footballe, depois, futebol, quando a marca inicial elitista é jogada para o escanteio e a prática é abraçada e popularizada. Existem relatos nos jornais da época de jogos entre mulheres, treinos e partidas; alguns ligados a eventos beneficentes

e outros a espetáculos em circos, o que demonstra a sua peculiar presença nas práticas futebolísticas já no início do século XX, rompendo os padrões sociais impostos a elas.

Está Decretado: “Lugar de mulher é no campo doméstico” - Décadas de 1940 a 1960

“... O movimento que se esboçou nesta capital, para a formação de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio que alguns jornais cariocas deram, é desses que merecem a reprovação das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do “association” pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológicas, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino”.

Foi com essas palavras que, em 17 de maio de 1940, a Subdivisão de Medicina Especializada do Ministério da Educação e Saúde emitiu parecer positivo à carta de José Fuzeira, cidadão brasileiro que escrevera ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, acrescentando: “Que V. Ex. Snr. Presidente acuda e salve essas futuras mães, do risco de destruírem a sua preciosa saúde; e, ainda, a saúde dos futuros filhos delas... e do Brasil”.

Com isso, o processo higienista e intervencionista, que tinha como grande aliado a ciência médica - sempre autorizada a definir com bases na biologia o destino moral das mulheres -, atinge em cheio a alegre prática do futebol que as moças vinham protagonizando. Não demorou muito e, em 14 de Abril de 1941, pleno Estado Novo, o Presidente

Vargas publica o Decreto-Lei 3.199 que, em seu Art. 54 afirmava “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Assim, muitos jornais, que antes exaltavam as aventuras futebolísticas dos times femininos, começam a advogar pela boa conduta das “moçoilas” da época, que deveriam ser melhor controladas por seus pais. Com isso, as protagonistas dos campos começaram a enfrentar várias e novas formas de discriminações e preconceitos. Muitos times não resistiram e se desfizeram.

Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos – CND – cumpriu com a incumbência que lhe fora dada pelo Decreto-Lei de 3.199/1941 e, através da Deliberação n. 7, ratificou e reiterou a proibição da prática do futebol pelas mulheres, assim como de outras atividades esportivas. Mas, subvertendo as regras, muitos times e moças corajosas continuaram pelos gramados, fazendo sucesso na própria cidade, em jogos e campeonatos estaduais e mesmo interestaduais, como a imprensa da época nos dá a conhecer.

E as mulheres não estavam apenas nos gramados. Chegaram à segunda metade do século XX, trazendo na bagagem algumas conquistas e, sobretudo, o justo desejo de exercerem sua cidadania em toda plenitude. Em 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir publica “O Segundo Sexo”, uma das obras mais celebradas e importantes para o movimento feminista, em que afirma “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Ao retirar da biologia o caráter determinista do comportamento feminino, de Beauvoir

abriu espaço para as discussões sobre a igualdade de direitos entre mulheres e homens na sociedade. Em 1963, outro marco, o livro “A Mística Feminina”, de Betty Friedan, denuncia as inúmeras estratégias de confinamento das mulheres na esfera doméstica. Alimentadas por novas informações, norte-americanas, italianas, francesas, inglesas, suecas e brasileiras ganharam as ruas para entoar palavras de ordem como: “Nosso corpo nos pertence!”, “O privado também é político!” e “Diferentes, mas não desiguais!”.

Porém, em 1964 os militares assumem o poder no Brasil, dando início aos anos de chumbo e, com esses, o apito que ditava as novas regras sentenciou definitivamente: mulheres no futebol, não!

Um drible no conservadorismo— Décadas de 1970, 1980 e 1990

Os anos 1970 foram marcados pela luta contra a ditadura militar e ressurgimento dos movimentos de resistência social, dentre eles o feminista. Mantendo a coerência dialética da história do futebol feminino, que conviveu com a proibição desde 1941 e, ao mesmo tempo, com um crescente número de times espalhados pelo país, nos anos 1970 o Brasil teve a primeira árbitra de futebol do mundo reconhecida pela FIFA, com diploma registrado pela Federação Mineira. Lea Campos rompe uma das grandes barreiras do mundo futebolístico e, por meio do apito, passou a determinar o início e o final de partidas, além de fazer cumprir regras como cobrança de faltas, pênaltis, escanteios e expulsões.

Em 1979, através da resolução nº 10, o Conselho Nacional de Desportos – CND – revoga “parcialmente” a Resolução

7/1965 que proibia as mulheres de praticarem futebol. E, em 1982, ocorre a primeira transmissão televisiva de uma partida de futebol feminino, realizada no estádio do Morumbi entre os selecionados Carioca e Paulista, algo inédito e precedido de grande polêmica, já que a Federação Paulista de Futebol resolveu proibir a partida, porém sem êxito. Esse jogo histórico, organizado pela então deputada Ruth Escobar, marcou a década e, simbolicamente, a chegada das mulheres aos grandes templos da masculinidade.

Em abril de 1983, as mulheres vêm finalmente reconhecido seu esforço de abrir espaço num “campo” tão fechado para elas, quando o CND publica a Resolução 01/1983, que dispõe sobre as normas básicas para a prática do futebol feminino. Reconhecendo o crescente interesse das mulheres pela modalidade, não apenas no Brasil como em todo o mundo, resolve: Art. 1º “O futebol feminino poderá ser praticado nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal e nos Territórios, sob a direção das Federações e Ligas do desporto comunitário, cabendo à Confederação Brasileira de Futebol a direção no âmbito nacional”.

No ano seguinte, o futebol feminino é declarado oficialmente como modalidade esportiva. Assim, na década de 1980, conquistou certa notoriedade na imprensa. Entre os times cariocas estavam o Federal, o Gang-Bel e o American Denin, precursores do Esporte Clube Radar, considerado invencível na década e primeiro time feminino a participar de torneios internacionais. Destacaram-se também o Bangu, o Vasco, o São Paulo e, principalmente, o Saad, célebre time de São Paulo com importantes vitórias. Em 1986 foi a vez das mulheres ocuparem os gramados do

Maracanã, num jogo em que o E.C. Radar consagrou-se tetracampeão carioca.

Nesse período surgem as primeiras mulheres treinadoras profissionais de futebol no Brasil e a modalidade foi incluída como categoria olímpica.

A década de vitórias estimulou o nascimento de novos times e, em 1987, a CBF já havia cadastrado dois mil clubes e quarenta mil jogadoras. Nessas décadas, as atletas viveram o sonho da profissionalização, do reconhecimento e do fortalecimento da modalidade no país. Mas, as expectativas de que se consolidaria a presença das mulheres no futebol no Brasil e sua profissionalização não se confirmaram, com a bola rolando na contramão do que ocorria internacionalmente, já que, segundo a FIFA, o futebol fazia parte de 4,1% da população mundial, como “participantes de jogos”, o que quer dizer que 20 milhões de mulheres e 220 milhões de homens jogavam futebol regularmente no mundo.

Novos tempos, antigas questões: o futebol feminino nos primeiros quinze anos do século XXI

Nesse novo século, superando adversidades e enfrentando preconceitos, o futebol feminino configura-se como realidade no Brasil. Nas cidades grandes ou pequenas; capitais ou periferias; áreas remanescentes de quilombos e reservas indígenas, times amadores e profissionais reúnem meninas, moças e mulheres que evidenciam habilidades e gosto pela bola. De norte a sul do país, com equipes femininas ou mistas, sem esquecer os famosos torneios “elas contra eles”, partidas realizadas em estádios, na areia, em campinhos de terra e locais improvisados reúnem

torcedoras/es entusiasmadas/os. E craques não faltam! Nas “escolinhas de futebol” mantidas por clubes tradicionais e naquelas apoiadas por projetos desenvolvidos pela sociedade civil ou governos, sobressai o talento exibido por várias jogadoras desde a infância.

Bola dentro? Nem tanto assim! No país do futebol, esporte dominado pelos homens, apesar dos avanços, o futebol feminino ainda esbarra em limitações que não são poucas e incluem preconceitos, dificuldades de patrocínio e de investimentos públicos.

Desde 2000, o talento da seleção brasileira feminina de futebol tem conquistado medalhas de ouro, prata e bronze e ganhado o mundo. Exemplos não faltam. A alagoana Marta Vieira da Silva, a Marta, foi eleita pela FIFA, entre 2006 e 2010, a melhor jogadora de futebol de todo o mundo. Em 2004 já havia sido premiada com o troféu Bola de Ouro e, em 2007, com o troféu Chuteira de Ouro. Ainda pela mesma Federação Internacional a brasileira Cristiane Rozeira de Souza Silva foi premiada em 2009, como a segunda melhor jogadora do mundo e, nos anos de 2007 e 2008, a terceira melhor.

De fato, não são poucas as jogadoras que atuaram e ainda defendem times espalhados pela Europa, Estados Unidos, Japão e China. Contudo, isso se deve não apenas ao reconhecimento de talentos, mas, também, à ausência de oportunidades de permanência no Brasil. Na prática, várias equipes organizadas por grandes times nacionais foram extintas ao longo dos primeiros quinze anos do século XXI. Além disso, muitas ex-jogadoras da seleção e demais clubes se defrontam com dificuldades econômicas. Chutar a bola para escanteio e tentar a sorte

em novas profissões têm sido opções, nem sempre com final feliz, para muitas atletas.

Mas, no enfrentamento aos preconceitos que ainda persistem e às desigualdades que caracterizam o futebol feminino em relação ao masculino, algumas iniciativas se destacam buscando dar maior visibilidade à questão. Dentre essas, ações específicas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres/PR que vem protagonizando o diálogo com o Ministério do Esporte para o fortalecimento do futebol feminino no país. Em 2006, a criação do Programa Bolsa Atleta, pelo Ministério do Esporte, e a presença de uma ex-jogadora na coordenação-geral de uma área específica para a modalidade anunciavam novos tempos.

Em 2013, após 12 anos da última edição, aconteceu o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, patrocinado pela Caixa Econômica Federal e que teve o Centro Olímpico (SP) como campeão. No mesmo ano, no 1º Torneio Internacional de Brasília de Futebol Feminino, diante de um público de 15.262 torcedoras/es, a seleção brasileira venceu o Chile por 5 x 0, sagrando-se campeã.

O mesmo Brasil que se orgulha de ter o futebol como símbolo da paixão nacional, de seus craques espalhados pelo mundo inteiro, da classe e ginga que caracterizam o drible de seus jogadores, ainda desconhece onde estão suas jogadoras. Quando as mulheres fazem uma opção de vida pelo futebol, encontram um caminho tortuoso, tendo que driblar preconceitos de uma sociedade que teima em não enxergar que a paixão nacional por esse esporte vai muito além de um espaço reservado

para que apenas os homens o ocupem.

Bibliografia de referência

ALMEIDA, Caroline Soares de. “Boas de Bola’: Um estudo sobre ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

BECKER, Laércio. **Do fundo do Baú. Pioneirismos no futebol brasileiro.** 2 ed. Curitiba: Editora Campeões do Futebol, 2012.

COUTO, Euclides de Freitas. “Os diferentes modos de torcer: a presença feminina nos estádios belo-horizontinos (1908-1927)”. XXVII Simpósio Nacional de História. *Conhecimento Histórico e Diálogo Social* (Anais eletrônicos), Natal-RN, 2013, p. 1-17.

DARIDO, Suraya Cristina. “Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógico”. *Motriz – Revista de Educação Física – UNESP*

FRANZINI, Fábio. **Futebol é “coisa para macho”?** Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n° 50, p. 315-328, 2005.

GOELNNER, Silvana. **Mulher e Esporte no Brasil:** entre incentivos e interdições elas fazem história. *Revista Pensar a Prática*, v. 8, n. 1, 2005.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Movimento higienista e o processo civilizador:** apontamentos metodológicos. *X Simpósio Internacional Processo Civilizador* (Anais eletrônicos), Campinas-SP, 2007, ISBN: 978-85-99688-02-1. pp. 1-9.

_____. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais.** 2000. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro-RJ, 2000.

MAGALHÃES, Sandra Letícia Ferreira. **Memória, Futebol Mulher:** anonimato, oficialização e seus reflexos na capital paraense (1980-2007). *Record: Revista de História do Esporte*, Vol. 1, número 2, dezembro de 2008, p. 1-39.

MATHIAS, Milena Bushatsky, RUBIO, Kátia. **As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX.** *Revista Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-86, abr./jun. 2010, pp. 275-284.

MOREL, Marcia, SALLES, José Geraldo do C. **Futebol feminino.** In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do Esporte no Brasil.* Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 8265.

MOURA, Eriberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol e gênero.** 2003. 125f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

PARDO LEO, Aristides. **No país do futebol, cidade sem memória –** a história futebolística de Campos de Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Agbook, 2010.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Entre torcedoras e esportistas:** a presença feminina na revista ilustrada *Semana Sportiva* em Salvador nos anos 1920. *Saeculum – Revista de História*, n 27, João Pessoa, jul./dez. 2012.

SILVA, Ana Paula da. **Pelé e o complexo de vira-latas:** discursos sobre raça e modernidade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

SILVA, Giovana Capucim. **Futebol feminino: proibido para quem?** Uma análise de duas reportagens sobre o futebol praticado por mulheres no período anterior a sua regulamentação como esporte. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X, pp. 1-13.

A INVISIBILIDADE E A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO FUTEBOL FEMININO

Heloisa Helena Baldy dos Reis⁵
Osmar Moreira de Souza Júnior⁶

A prática do futebol por mulheres historicamente é matizada por episódios de infiltrações, transgressões e conquistas. Embora as mulheres tenham estado presentes na sociogênese do futebol, protagonizando inserções tanto como espectadoras quanto na condição de praticantes, o espaço e a visibilidade destinados ao futebol feminino evidenciam a inocuidade dessa prática como campo de atuação profissional.

Os esportes modernos foram construídos culturalmente para os homens, exigindo a necessidade de as mulheres, assim como em outras instâncias sociais, conquistarem seu espaço e buscar o seu reconhecimento, ainda não atingido no “país do futebol”.

A aproximação das mulheres com a prática do futebol no Brasil remete ao início da década de 1910, época marcada pelo movimento denominado de higienista, que sustentava, entre outros princípios, um modelo higienizado de mulher, mãe asséptica, que se conduziria de acordo com os padrões da “medicina moderna” (MOURA, 2003). Aliado a esse referencial, conferia-se às mulheres – especificamente às das camadas sociais mais altas – um papel social vinculado à filantropia e ao assistencialismo, que esteve diretamente ligado à participação das mulheres como protagonistas do futebol, quando em 1913 organizaram um jogo beneficente para angariar recursos para a construção do Hospital da Cruz Vermelha. Esse jogo fora anunciado como um jogo de futebol de mulheres, quando de fato foi realizado por uma equipe de homens travestidos de mulheres, como descreveu Moura,

para quem o episódio não desautoriza o entendimento de que, nesse evento, as mulheres da elite paulistana estavam no papel de protagonistas, pois constituíram-se nas mentoras da ideia e de sua operacionalização. Moura nos lembra que a prática esportiva naquela época restringia-se às mulheres da elite do país, não se estendendo às camadas populares.

Em 28 de junho de 1921, a imprensa de São Paulo divulgou que jogariam no campo do Tremembé F.C. as “*Senhoritas Tremembenses*” versus “*Senhoritas Cantareirenses*”. Duas características peculiares diferem esse evento daquele realizado em 1913. Em primeiro lugar o fato de este não envolver interesse beneficente, sendo o principal motivo as comemorações a São Pedro; e a segunda peculiaridade refere-se ao fato de ser um jogo efetivamente de mulheres, marcando a “estreia” delas dentro dos gramados brasileiros (MOURA, 2003).

O jornal **A Gazeta** (28/6/1921) anunciou o jogo, como parte das comemorações da festa de São Pedro, sendo este um importante registro escrito do fato de mulheres terem jogado futebol no Brasil no início da década de 1920.

Outra circunstância de incursões e restrições em relação à aproximação das mulheres com o futebol é relatada por Mourão e Morel (2005) sobre o desenrolar de uma partida de futebol feminino organizada pela equipe do *Brazil Football Club*, do Rio de Janeiro, como parte do programa de partidas preliminares ao jogo principal da equipe

⁵ Heloisa Helena Baldy dos Reis é professora livre docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp e líder do Grupo de Estudos de Futebol/GEF/Unicamp/CNPq.

⁶ Osmar Moreira de Souza Júnior é doutor em Educação Física pela Unicamp e professor adjunto do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

masculina adulta do clube, em 1931. Oportunidades existentes ocorreram também nos anos de 1983 e 1984 no estado de São Paulo e são impensáveis nos dias atuais, o que nos sugere um certo retrocesso na visibilidade do futebol espetacularizado praticado por mulheres em nosso país.

Para Mourão e Morel (2005), a falta de experiência das jogadoras na prática do futebol, no jogo de 1931 fez com que a partida se transformasse em um evento caricaturado, com tons de comédia, misto de curiosidade e frenesi, configurando-se em um divertimento para os espectadores. Entretanto, estas afirmam que, embora o futebol feminino ainda não adquirisse naquele momento o estatuto que o representasse enquanto uma prática latente, podem-se observar nesses eventos um elo de inserção da mulher na esfera pública e a manifestação de um despertar de uma mulher que buscava legitimar sua presença no esporte.

De acordo com Moura (2003), no ano de 1940 o futebol de mulheres ganha destaque na imprensa carioca. Inicialmente o interesse das mulheres dos subúrbios na prática do futebol despertou curiosidade da população de uma maneira geral, sendo amplamente explorado pela imprensa, que destinou um espaço significativo para o assunto. As matérias dos jornais de então assumem um tom incentivador, não recorrendo a qualquer jargão preconceituoso e adotando adjetivos que realçavam a competência das mulheres no trato com o futebol, prática jornalística ausente nos dias atuais. Inúmeras notas de jornais cariocas e paulistas revelaram uma intensa movimentação dos jogos de futebol de mulheres nos subúrbios cariocas, além de algumas exibições de equipes desse

estado em jogos preliminares no estado de São Paulo.

Franzini (2005) faz menção à edição de abril de 1940 da revista **Educação Física**, na qual se podia tomar conhecimento de uma “interessante partida de futebol entre senhoritas” no Rio de Janeiro, que “constituiu um espetáculo de grande sucesso, causando assim sensação em nosso mundo desportivo”. Naquele momento, o jornal paulistano **Folha da Manhã** reconhecia a existência de dez equipes de futebol de mulheres que mantinham atividades regulares no Rio de Janeiro. Essas equipes sediadas nos subúrbios cariocas não tinham qualquer vínculo com os prestigiados clubes que disputavam os campeonatos masculinos (chamados “clubes de camisa”). Equipes como o Eva F. C., o E. C. Brasileiro, o Cassino Realengo, o Benfica F. C. estavam muito longe, em todos os sentidos, dos grandes e tradicionais clubes da cidade.

Toda essa composição dos anos de 1940 fazia crer que o futebol de mulheres havia se consolidado nos subúrbios cariocas, lançando as bases para alcançar as demais camadas sociais. De imediato, a novidade representada pela aparição e desenvolvimento dessas equipes despertou amores e ódios no eixo Rio-São Paulo. A Folha da Manhã, por exemplo, destacava com entusiasmo os jogos que classificava como das “filhas de Eva”, vendo neles “um movimento sério, respeitável mesmo para a formação e criação de mais um ramo de atividade para as mulheres” (FRANZINI, 2005). Porém, tal entusiasmo não se manifestava de forma unânime entre jornalistas, médicas/os e tampouco entre as/os “cidadãs/os comuns”.

O apoio ao futebol de mulheres, que recebia severas críticas da sociedade e da comunidade científica da época, como revela a carta encaminhada pelo cidadão José Fuzeira ao Presidente da República Getúlio Vargas em 25 de abril de 1940. O teor da carta revelava a preocupação do cidadão com a popularização do futebol entre as mulheres, que segundo ele configurava-se em uma “calamidade prestes a desabar sobre a juventude feminina”. Fuzeira alertava o Presidente para a crescente quantidade de “clubes femininos de futebol” que se formavam nas grandes capitais do país, que seriam “núcleos destroçadores da saúde de futuras mães”. Franzini (2005) acrescenta que essa carta sensibilizou a comunidade científica, ganhando respaldo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que a encaminhou para a Subdivisão de Medicina Especializada, a qual deu parecer favorável, iniciando assim uma cruzada em perseguição à prática do futebol por mulheres.

O discurso contrário à participação da mulher em esportes considerados “masculinos” continuou presente e cada vez mais acentuado. Tendo em vista que durante muito tempo as/os médicas/os, predominantemente homens, exerceram papel dominante de controle social, determinando o que seria seguro e apropriado para a mulher nas atividades físicas, estabelecia-se assim uma relação de “liberdade vigiada” a respeito da prática de esportes pelas mulheres.

Hargreaves (1993) acrescenta ainda outro falso argumento utilizado

popularmente: de que os órgãos reprodutores femininos seriam mais suscetíveis de serem lesionados que os masculinos. Tal argumento já fora utilizado em 1921, época da proibição pela *Football Association* (FA) da prática do futebol pelas mulheres, mostrando como o subterfúgio de recorrer à medicina como forma de legitimação pela ciência fora comum em diferentes períodos e localidades. A autora refuta tal argumento lembrando que na realidade os órgãos reprodutores estão situados e protegidos dentro do corpo da mulher, resultando em um risco menor de lesões.

Na esteira dos mesmos argumentos “científicos” de caráter biológico, o jornal *A Gazeta Esportiva* publicou a “opinião autorizada” do doutor Leite de Castro⁷, tido como “o primeiro médico do Brasil que se dedicou especialmente à medicina esportiva”. Entre outros aspectos, o referido médico argumentava que: “*não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário – é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, além de outras consequências de ordem traumática, podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero)* (FRANZINI, 2005, p. 321). “

As supostas preocupações com o bem-estar das mulheres, alegadas pelos doutores moralistas, não passavam de um “verniz” para não deixar transparecer os reais motivos das recorrentes argumentações machistas por eles proferidas. Na verdade, “o grande problema dizia respeito não

7 “Uma opinião autorizada: não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará”. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, p. 10, 29 jun. 1940 (citado por FRANZINI, 2005, p. 327).

ao futebol em si, mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas ‘funções naturais’ para invadirem o espaço dos homens” (FRANZINI, 2005, p. 321).

Desta forma, não demorou muito tempo para que os reflexos se fizessem sentir na esfera legislativa. O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu as bases do esporte em todo o país, fundando o Conselho Nacional dos Desportos (CND) (BRASIL, 1941). Em seu artigo 54, traz que: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Goellner (2005) afirma que já em 1941 o general Newton Cavalcanti apresenta ao CND instruções visando regulamentar a prática dos esportes femininos, oficializando a interdição de modalidades como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo, o pentatlo, o futebol, o rúgbi, o polo e o polo aquático.

Em levantamento documental dos jornais **A Gazeta Esportiva** (São Paulo) e **Jornal dos Sports** (Rio de Janeiro), Moura (2003, p. 51) revela que durante a década de 1950 o futebol de mulheres permaneceu “dormindo em berço esplêndido”. Segundo o autor, em ambos os jornais foram publicadas matérias sobre práticas esportivas realizadas pelas mulheres, tendo como focos principais “o Basquetebol (recebendo as habituais restrições à sua prática pela mulher), o Tênis (esporte muito bem aceito), a Natação (esporte

que mais aparecia nas reportagens) e o Atletismo”. A exceção no período refere-se a uma matéria publicada no jornal **A Gazeta Esportiva**, em 1955, que teve como manchete: “Craque de saias”, em que era apresentada uma garota de São Vicente, litoral paulista, que praticava o futebol de forma isolada, ganhando então uma reportagem de três páginas, dado o caráter tido como exótico e inusitado da situação.

As restrições legais provavelmente tenham contribuído para o suposto desaparecimento da mídia de relatos da prática do futebol pelas mulheres durante esse período, no entanto isto não significa que ela não existia por haver a proibição legal e a ausência de registros. As mulheres continuavam a praticar o futebol, muitas vezes alheias e/ou desinformadas em relação à proibição vigente. Isso pode ser verificado no caso de uma iniciativa individual, que teve origem em 1958 na cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro, indicando que o futebol de mulheres não esteve totalmente adormecido.

O Araguari Atlético Clube, fundado em 1944, sediado na cidade de mesmo nome, em Minas Gerais, iniciou as atividades com o futebol feminino em 19 de dezembro de 1958, quando, ao ser procurado para organizar uma partida beneficente para arrecadar fundos para o Grupo Escolar Visconde de Ouro Preto, o diretor do clube, Ney Montes, teve a ideia de organizar uma partida com a participação de moças da cidade. Aproveitando-se de sua condição de radialista, Ney Montes promoveu por esse veículo a convocação das “atletas” para participarem dos treinos e do jogo, conseguindo atrair o expressivo número de mais de 40 moças, que receberam a autorização dos pais ou responsáveis.

Na seleção, foram chamadas 28 para formarem dois times e suas reservas. As moças foram preparadas pelo treinador do time masculino do Araguari Atlético Clube e no dia do jogo as atletas foram divididas em duas equipes que vestiram os uniformes do Araguari e do seu rival, que era o Fluminense local (CUNHA, s/d).

A partir desse jogo, a diretoria do Araguari Atlético Clube decidiu ampliar a iniciativa, realizando uma série de amistosos, com o intuito de divulgar a modalidade e promover nas cidades visitadas jogos beneficentes para atender a entidades de caridade. A equipe adquiriu projeção nacional quando foi motivo de uma série de reportagens da revista **O Cruzeiro**, cuja primeira matéria publicada em 28 de fevereiro de 1959, com o título “Glamour usa chuteiras”, registrou um jogo realizado na cidade de Uberlândia, vizinha à Araguari. Essa partida mereceu destaque na imprensa, principalmente em razão do expressivo público presente no estádio, com uma renda de Cr\$120 mil cruzeiros⁸, renda maior que a de um jogo amistoso realizado meses antes com a participação dos famosos jogadores Didi e Garrincha, do Botafogo (CUNHA, s/d).

A organização dos amistosos dividia as jogadoras de Araguari em duas equipes, de maneira que um time jogava representando o próprio Araguari Atlético Clube, e o outro vestia o uniforme do time da cidade visitada.

A equipe de futebol de mulheres do Araguari Atlético Clube seguiu uma

rotina de sucesso de quase um ano, desde a sua criação em dezembro de 1958 até o jogo derradeiro em Salvador/BA, em 26 de setembro de 1959, realizando amistosos por todo o Brasil. Depois do jogo em Salvador, a equipe recebeu um convite para jogar no México, mas tiveram que cancelar a viagem em virtude de um comunicado oficial enviado a Ney Montes pelo CND, que proibia o clube de realizar jogos de futebol de mulheres (CUNHA, s/d). “Após a proibição, algumas jogadoras optaram por continuar a jogar em outras modalidades, como handball, mas a maioria foi seguir sua vida, casaram-se ou simplesmente foram completar seus estudos” (CUNHA, s/d, p. 225).

Sobre a década de 1960, Moura (2003) faz um breve relato de um jogo entre vedetes do teatro de revista, realizado no Estádio do Pacaembu e divulgado pela **Folha de S. Paulo** em 13 de julho de 1960. Segundo o autor, o futebol de mulheres continuou incipiente naquela década e sofreu um duro golpe nos moldes da recém-instituída Ditadura Militar, quando em 1965 o CND baixou as seguintes instruções (às entidades desportivas do país) sobre a prática de desportos pelas mulheres:

Deliberação – CND – Nº 7/65

Nº 1 – Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

⁸ O valor da renda de Cr\$120 mil cruzeiros, corrigido pelo IGP-DI (FGV), corresponde ao valor de R\$26.775,18 em dezembro de 2012 (CALCULADORA DO CIDADÃO, 2013).

Nº 2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 62-63).

Reis (1998) admite que a história da participação da mulher no futebol – que fora restrita por decretos e dispositivos legais permeados por discursos preconceituosos – sustenta a cultura de que este consiste em um esporte masculino. Porém, a autora afirma que, sendo a construção cultural um processo dinâmico, a qualquer momento a sociedade seria capaz de superar os mitos e convenções existentes, resultando até mesmo na revisão dos preconceitos de gênero apontados no futebol. O que parece estar ocorrendo no Brasil neste início de século XXI, no qual o futebol tornou-se conteúdo das aulas de educação física escolar, assim como, a possibilidade de prática do futebol por meninas em escolas privadas de futebol e mesmo em alguns projetos públicos oferecidos pelos governos.

O futebol para mulheres no Brasil passa da sua legalização a partir de 1979 à sua erotização. Após um período de embates marcados pelas restrições legais e pelo discurso normativo da medicina, a situação do futebol praticado por mulheres passa a se reconfigurar a partir dos primeiros anos da década de 1980⁹.

O texto da deliberação nº 10/79 não deixa dúvidas quanto às

intenções do CND de adequar-se aos parâmetros das entidades esportivas internacionais, como evidenciam todos os seus parágrafos. Ao estabelecer em seu parágrafo 2, a permissão à prática esportiva pelas mulheres, condicionada às modalidades com competições oficiais organizadas pelas entidades internacionais, o CND revela sua preocupação em figurar nesses eventos com representação de mulheres, ampliando as possibilidades de êxito esportivo.

No tocante ao futebol feminino, Reis (1998) afirma que esses dispositivos legais são fruto do avanço internacional da prática do futebol por mulheres que repercutiu no país, implicando a permissão da prática da modalidade de forma institucionalizada a partir de 1979. Realmente, conforme já observamos, a FA proibira a prática do futebol de mulheres nos estádios de seus afiliados no Reino Unido em 1921, restrição esta que segundo Newsham (1997) perdurou até 1971, ano em que a entidade passou a reconhecer a prática do futebol por mulheres.

Segundo Franco Júnior (2007), em 1951 também a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) posicionou-se contrária à prática do futebol por mulheres, recusando-se a cuidar da modalidade, afirmando que se tratava de questão de biologia e de educação, devendo então ser tratada por médicos e professores. O autor afirma que apenas na década de 1970 as federações da Alemanha Ocidental, Inglaterra e França suspenderam o veto à prática do futebol pelas mulheres.

9 Em outros países, foi o período em que o futebol feminino iniciou competições internacionais, fato que contribuiu e pressionou uma revisão da legislação brasileira. Período que coincide também com as primeiras transferências de jogadoras brasileiras para a Europa.

A aceitação por parte da FIFA levou mais algum tempo, fazendo com que a entidade organizasse um torneio internacional feminino apenas em 1988, na China, país que sediaria a primeira Copa do Mundo da categoria em 1991.

No período que cerca a legalização da prática do futebol às mulheres no país, a revista **Placar** (o mais importante periódico especializado em futebol) passa a dar algum destaque, abordando-a pelo viés da erotização e com o discurso machista que institui as jogadoras como objetos sexuais. Esse tom machista da revista pode ser identificado em uma matéria publicada no ano de 1978 – portanto, às vésperas da legalização –, na qual se descreve a forma como o futebol de mulheres estava se desenvolvendo na Holanda e tendo como manchete o sugestivo título “Troca de camisas, o melhor deste jogo” (Moura, 2003).

Fotografias, manchetes e textos apelativos e de caráter machista foram a tônica das matérias da revista ao tratar o futebol de mulheres naquele período. Esse tipo de reportagem indica a insistência em mostrar ao público leitor que “só há lugar para a mulher que cause suspiros ao público masculino não pelas jogadas de técnica e efeito, mas pelos traços atraentes e sensuais que possa ter” (MOURA, 2003, p. 59-60).

Mourão e Morel (2005) revelam que na década de 1970, mesmo em meio às restrições legais, o futebol de mulheres teve registro na mídia, sendo notícia nos jornais e revistas, no entanto, observaram que o conteúdo desse registro são metáforas polissêmicas e irônicas que ridicularizam a presença das mulheres em campo. O teor das manchetes e dos textos publicados

sinalizava para as desigualdades de gênero no futebol, com a exposição, de forma jocosa, dos papéis sociais atribuídos às mulheres associados às praticantes: “O futebol depois da louça lavada” (Matéria publicada no **Jornal do Brasil** de 29 de novembro de 1976, no Rio de Janeiro), “Mesa tirada, rumo à praia para o futebol” (Matéria publicada em **O Globo** de 11 de abril de 1976, no Rio de Janeiro).

Moura (2003) analisa as mudanças no tratamento dado ao futebol de mulheres pela imprensa nos periódicos consultados por ele, enumerando algumas proposições sobre como se construiu esse discurso da mídia, das quais destacamos três:

1. *Apresentação de uma novidade: “futebol de saias”; “mulheres jogam um bolão”; “sai salto alto, entra chuteiras”;*

2. *Comparação da habilidade das jogadoras com o estilo masculino de jogar futebol; oscilando entre a competência das mulheres para jogar como os homens e a indicação de que elas ainda estavam longe da “perfeição masculina”;*

3. *Afirmção da preservação da feminilidade mesmo que a mulher jogue futebol: cuidando da beleza, a mulher supera a virilidade do futebol.*

Os anos de 1980 foram promissores para o futebol feminino. No interior de São Paulo destacavam-se equipes de clubes como o XV de Piracicaba e o Guarani Futebol Clube. Na capital paulista as equipes do Isis Pop e no Rio de Janeiro a do Radar. É com o encerramento da equipe do Radar que fica evidente que o futebol feminino no país sofre um profundo declínio, pois a equipe representava o país nas poucas competições ou partidas internacionais

nas quais o Brasil figurou no final dos anos de 1980. Darido (2002) afirma que somente em janeiro de 1991 as/os dirigentes voltaram a procurar as jogadoras para formar uma seleção para o mundial na China. Após a saída de Eurico Lira do cargo de coordenador da seleção feminina, a CBF trouxe para o comando o então dirigente da equipe do Saad¹⁰, Romeu Castro, e o experiente técnico Zé Duarte. Romeu Castro fez parte da parceria que a CBF firmou com a empresa *Sport Promotion*, que coordenou o futebol feminino para a CBF a partir de 1994.

Na década de 1990, entra em cena um movimento que busca a popularização do “futebol feminino” no Brasil por meio de uma estratégia de marketing que se baseava no “embelezamento das atletas”, reforçando mais uma vez os equívocos de uma política de inclusão da mulher no esporte. Ou seja, para ter direito à participação no futebol não bastava a ela jogar bem, tinha que ser bonita. Bonita, para quê?

Com o suposto objetivo de formar uma nova geração de atletas para integrar a seleção brasileira, a *Sport Promotion* organizou, em conjunto com a Federação Paulista de Futebol (FPF), aquele que classificou como o “primeiro”¹¹ Campeonato Paulista de Futebol Feminino, a Paulistana-97. Este contou com a presença de oito equipes

de clubes com tradição no futebol masculino (PINHEIRO, 1997), com patrocinadores próprios e transmissão dos jogos pela televisão. No entanto, vale ressaltar que jogos femininos de futebol já haviam sido transmitidos pela Band Sport nos anos de 1983 e 1984.

O Saad Esporte Clube, percebendo que o interesse das moças pelo futebol crescia, fez um projeto de marketing cujo grupo de jogadoras obedeceria ao “novo perfil da modalidade”, de jovens atletas e sempre que possível atraentes, “não é que as feias não entram mais, a novidade é que as bonitas estão chegando, e são bem-vindas”. Esse projeto teria o intuito de minimizar o preconceito existente em relação ao estilo da jogadora de futebol e assim desenvolver o esporte no país. Acreditava-se que moças bonitas jogando futebol despertariam nas mulheres de todas as faixas etárias o interesse pela prática desse esporte (CARDOSO, 1996). Clubes tradicionais como Corinthians, Grêmio e Fluminense seguiram essa tendência.

De acordo com o então presidente da FPF, Eduardo José Farah, havia a “necessidade de se mostrar uma nova roupagem no futebol feminino, que se encontrava reprimido pelo machismo”. Assim, segundo o dirigente, seria preciso “tentar unir a imagem do futebol à feminilidade”. Para tanto, colocou-se no regulamento da competição um limite

10 Fundado no dia 28 de abril de 1961 pelo empresário Felício José Saad, o Saad Esporte Clube teve sua origem como uma equipe profissional masculina sediada na cidade de São Caetano do Sul/SP. Em 1985 o Saad abre espaço para o futebol feminino, pela iniciativa de Romeu Castro e Mara Villas Bôas de Carvalho, ex-dirigentes de futebol feminino do Guarani F.C. de Campinas, clube que encerrou as atividades da equipe de mulheres em 1984 (TERRA, 2006).

11 Embora seja o primeiro Campeonato Paulista de mulheres organizado e reconhecido pela FPF, assumimos a tese de que campeonatos paulistas foram realizados ao menos desde 1982, quando do título da ADPM sobre o Ísis Pop.

máximo de 23 anos de idade para as participantes, tendo em vista a maior possibilidade forjar uma representação erotizada valendo-se da juventude.

O folder de divulgação da seletiva para a Paulistana-2001, direcionado às potenciais candidatas a participarem do campeonato, revela o caráter sexista e heteronormativo que a FPF procurou vincular ao evento.

Já na capa desse material destaca-se a fotografia da então modelo e atriz Patrícia de Sabrit segurando uma bola de futebol e posando de perfil com o rosto (com expressão de modelo fotográfico) em destaque. As fotografias utilizadas na parte interna do encarte trazem também o apelo à sensualidade feminina. Em outra foto, modelos posam com os rostos próximos e esbanjando olhares e atitudes sensuais (a foto insinua que as modelos estariam nuas). No folder, destaca-se ainda a foto de um suposto casal de namorados, com explícito apelo aos relacionamentos heterossexuais, revelando as intenções dos organizadores de explicitar e colar à imagem do futebol de mulheres valores heteronormativos (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Souza Júnior (2013) afirma ainda que um dos mais recentes episódios que recorrem à estratégia da erotização das jogadoras sob o argumento da “divulgação do futebol feminino” diz respeito ao calendário das Sereias da Vila, lançado em abril de 2011 em comemoração ao centenário do Santos Futebol Clube. O lançamento do calendário foi marcado por um desfile com as atletas do elenco do Santos F.C., que também serviu para divulgar a nova coleção de moda praia com a marca do clube.

Goellner (2005, p. 148) afirma que o apelo à beleza das jogadoras e a erotização do corpo sustenta-se no argumento de que, se as atletas forem atraentes, irão trazer público aos estádios e, portanto, ampliarão a captação de recursos nos jogos, propagandas, produtos e serviços, conquistando, sobretudo, “patrocinadores, cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil”. Contudo, a ineficácia dessa estratégia no próprio caso do Santos Futebol Clube pode ser tomada como um exemplo de como tal hipótese é infundada.

Em relação aos argumentos sobre a valorização da beleza feminina e a contraposição ao estigma de jogadoras masculinizadas, Goellner (2005) relaciona a pouca visibilidade conferida às mulheres no futebol brasileiro à concepção de que o futebol estaria associado à “masculinização” da mulher e à naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza. Nesse sentido, acreditamos que enquanto as/os protagonistas da modalidade encontrarem-se reféns da necessidade de afirmar, tornar público e divulgar essa condição de beleza e feminilidade da atleta, como os pilares que deverão sustentar a modalidade, ela continuará nas sombras, conforme adverte Goellner.

Apesar das recentes conquistas – como as medalhas de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 e Pequim em 2008, do vice-campeonato mundial também em Pequim, em 2007, da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007 (com o Maracanã lotado), e das

conquistas pessoais da jogadora Marta, eleita cinco vezes consecutivas (nas temporadas de 2006 a 2010) a melhor jogadora do mundo –, as/os dirigentes dos clubes de futebol, das federações estaduais e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que se sucedem nos cargos, ainda não atendem à igualdade de condições prevista na Carta Magna brasileira, assim como não cumprem a Lei Pelé que prevê que atletas de futebol têm que ser profissionalizadas no Brasil. Estas/es são cúmplices e coniventes com as precárias condições vivenciadas por mulheres que idealizam viver com dignidade e se sustentar como profissionais do futebol.

Desse modo, podemos verificar que a pretensão de uma profissionalização das mulheres no futebol no Brasil é matizada por episódios de mais retrocessos do que conquistas, evidenciando-se os êxitos notadamente por iniciativas isoladas e individuais, enquanto a participação da CBF e federações restringem-se aos exemplos de retrocessos.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Deliberação nº 10, de 21 de Dezembro de 1979. Conselho Nacional de Desportos. Baixa instruções às entidades desportivas do país para a prática de desportos pelas mulheres. **Diário Oficial da União** - Seção I - 31/12/1979, p. 20.220. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/dou-secao-1-31-12-1979-pg-92/pdf>>. Acesso em 02 jan. 2013.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 -

25/03/1998 , Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CALCULADORA DO CIDADÃO. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Correção de valores**. 2013. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

CARDOSO, Maurício. “Flores do campo”. **Revista Veja**, Editora Abril, ed. 1.468, São Paulo, 30 out. 1996, p. 72-73.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

CUNHA, Teresa Cristina de Paiva Montes. “O início do futebol feminino no Brasil: divergências históricas e o pioneirismo na prática”. In: KESSLER, Claudia Samuel (Org.). **Mulheres na área: gênero, diversidades e inserções no futebol**. Porto Alegre, no prelo, s/d. p. 214-235.

DARIDO, Suraya Cristina. “Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica”. **Motriz**, v. 8, n. 2, p. 43-50, ago. 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. “Futebol é ‘coisa pra macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades”. **Revista Brasileira de**

Educação Física e Esportes, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005.

HARGREAVES, Jenniffer. “Promesa y problemas en el ocio y los deportes femeninos”. In: BROHM, J. M. et al. **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 109-132.

MOURA, Eriberto Lessa. **As relações entre futebol, lazer e gênero**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2003.

MOURÃO, Ludmila e MOREL, Marcia. “As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

NEWSHAM, Gail J. **In a league of their own! The Dick, Kerr Ladies Football Team**. Londres: Scarlet Press, 1997.

PINHEIRO, Augusto. “Dá-lhe peito”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1997, 5º Caderno, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1997/03/17/25/>>. Acesso em: 21 set. 2011.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e sociedade**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TERRA, Claudiney. “História”. **Saad Esporte Clube**. [Copyright 2003-2006]

Disponível em: <<http://www.saadec.com.br/portugues/historia/historia.php>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

“A dor, como a esfinge, precisa ser decifrada” (Queiroz, 2012)

Resumo

Nas Artes Marciais Mistas (MMA), uma modalidade esportiva onde impera o imaginário masculino e viril, a presença de lutadoras tem desafiado e questionado valores socialmente arraigados sob preconceitos chauvinistas. Tradicionalmente dominado por homens, o MMA tem dificultado a participação das mulheres, as quais têm enfrentado inúmeros estereótipos, preconceitos e diferentes formas de interdição. Desafiando regras, tabus e construindo forças contra-hegemônicas, as lutas, competições, torneios femininos vêm mostrando o quanto teorias de cunho essencialista ainda perduram e dificultam sobremaneira suas participações.

Introdução

Historicamente, inúmeras discriminações, preconceitos, segregações e exclusões em relação às mulheres esportistas têm ocorrido. Nos primeiros Jogos Olímpicos, por exemplo, realizados em 1896, elas não participaram e sua participação relativa nas outras ocasiões, embora tenha sido crescente, foi sempre inferior à dos homens. Nos cargos de liderança, elas ocupam menos espaços. Nos meios de comunicação de massa, a cobertura dos esportes femininos é bem menor. Nos rendimentos, há menor valorização das mulheres. As segregações são

inúmeras. Falas de fundo machista como “futebol é para homens” ou “dá um soco feito macho” são ouvidas com frequência constrangedora. Em modalidades esportivas tradicionalmente masculinas, muitas vezes, são chamadas de “mulheres macho”, “sapatões”, “lésbicas”, o que não só expõe arraigados valores culturais chauvinistas como revela profundo desrespeito aos direitos civis mais elementares.

Uma das principais fontes de legitimidade para estas atitudes pode ser imputada às arcaicas e ultrapassadas (embora haja recalcitrantes) interpretações essencialistas e naturalizantes: o corpo feminino seria mais frágil, inapropriado para a prática de certos esportes, o que acarretaria problemas de saúde e deixaria graves sequelas. Idealizava-se visões estereotipadas baseadas em formas delicadas, sensíveis e recatadas, incorporando noções historicamente associadas à importância da “aparência feminina”. Até o final do século XIX, imperava a ideia de os corpos femininos assemelharem-se a bonecas de porcelana – suaves e elegantes, envoltas em vestes harmoniosas e diáfnas. Era o “mito da fragilidade feminina”.

As exclusões justificavam-se com o discurso de as mulheres não terem força, resistência, velocidade, comparável aos homens. Com efeito, os valores masculinos, impregnados de qualidades varonis, historicamente predominaram e, de alguma forma, ainda persistem no mundo esportivo, ajustando e reajustando-se a cada instante.

12 Luis Otávio Teles Assumpção é bacharel, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor de Sociologia na Universidade Católica de Brasília e pesquisador na área de sociologia do esporte.

13 Emanuelle Santos Camelo é bacharel e mestre em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília.

Se assim tem sido ao longo de décadas, o que não dizer, então, das modalidades esportivas mais violentas e agressivas, em particular esportes de combate como o boxe, o judô, o karatê, as artes marciais. Nestes, o silêncio feminino é avassalador.

Hipoteticamente, o discurso naturalizante da inferioridade feminina parece ter se fortalecido e ganhado contornos dramáticos com o crescimento e a enorme visibilidade de uma modalidade onde o culto à virilidade e à violência pode ter atingido seu ápice – o *Mixed Martial Arts* – mais conhecido como MMA ou, mais popularmente, “Vale-Tudo”.

Se, historicamente, a presença feminina no esporte foi menor, no caso dessas lutas ela parece nem mesmo existir, tamanho seu caráter residual. Este esporte parece traduzir-se em uma modalidade para homens, onde agressividade e valores viris atingiram patamares elevadíssimos.

As Artes Marciais Mistas (MMA) originaram-se de esportes caracterizados pelo *full contact*, tendo sido pensada como uma modalidade que buscava maior eficácia em situações de combate desarmado. Nas lutas não havia necessidade de se seguir as técnicas de um estilo de arte marcial específica, ocorrendo mistura de estilos e habilidades - Boxe, Muay Thai, Karatê, Kung Fu, Capoeira, Jiu-Jitsu.

Trata-se de uma modalidade esportiva muito agressiva e violenta. As lutas envolvem uma saraivada de socos, murros, cotoveladas, joelhadas, chutes. A incidência de lesões tem sido praticamente inevitáveis. Contusões, lacerações, estiramentos, entorses, fraturas, lesões nas mãos, nos punhos,

nos braços, nos ombros, na coluna vertebral, nos joelhos, na órbita ocular, na boca, na sobrancelha, no cérebro têm ocorrido e sido relatadas com muita frequência.

Essa violência vem chamando a atenção, tendo sido objeto de muitas críticas e avaliações. Muitos consideram-na uma prática excessiva, questionando até mesmo sua suposta dimensão “esportiva”. Projeto de Lei, com o objetivo de proibir sua divulgação nos meios de comunicação de massa, tramita no Congresso Nacional.

No entanto, as/os lutadoras/es de MMA, agentes sociais que convivem rotineira e cotidianamente com as dores e lesões, interagem de maneira muito particular e, parece-nos, apaixonadamente, com este esporte, com sua violência, com seus riscos. Com efeito, preparam-se arduamente para os embates, cultivam um relativo desprezo com a ocorrência das lesões, suportam-nas estoicamente. O limiar da dor, para elas/es, tende a ser elevadíssimo e resistir com tenacidade às dores constitui um dos maiores signos de prestígio para aquelas/es que participam do MMA e nele desejam permanecer e se aperfeiçoar para enfrentarem novas disputas e superações.

Eis o objeto de nosso estudo – entender os sentidos do enfrentamento e do convívio com essas dores, com a gravidade das lesões, com o risco permanente da incapacitação física. O que move essas/es lutadoras/es? O que as/os orienta? Por que reagem diferentemente diante das manifestações da dor?

E no caso das mulheres? Das mulheres lutadoras, que enfrentaram e enfrentam tantas barreiras para

adentrarem e permanecerem neste universo tão masculinizado, tão agressivo, tão violento, em particular o universo das lutas, especificamente do *Mixed Martial Arts*? Como elas se justificam? O que as move? Como se legitimam? Como se forjam?

Para suportar as dores é necessário atribuir significados a ela.

Materiais e métodos

No mês de março de 2014 realizamos uma pesquisa com três lutadoras de Artes Marciais Mistas (MMA), com idades de 22, 26 e 29 anos, residentes na Região Administrativa do Gama/DF. Lutam MMA há mais de oito anos e, na época das entrevistas, treinavam na academia *Bodyfisio Fitness*.

A metodologia utilizada foi de ordem qualitativa, quando privilegiamos a profundidade das relações e das interações estabelecidas.

Foi utilizada como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro, visando obter informações e desvendar significados sobre a interação das lutadoras com as dores e lesões tão presentes neste universo. As entrevistas foram gravadas, com registro integral das falas.

Ficamos perplexas/os e surpresas/os com as investidas das entrevistadas contra percepções e valores chauvinistas. Ouvimos inúmeros relatos de participação e de variadas interações com imaginários ainda tradicionalmente masculinizados no universo agressivo do MMA.

A construção social da dor e o Mixed Martial Arts (MMA)

As dores são infinitas: a dor de um chute, de um murro, de uma cotovelada, a dor do desprezo, da culpa, da mentira, do preconceito, da tristeza, da traição, do arrependimento, de um dedo esmagado, de um dente quebrado, da perda de um emprego.

As dores que tanto nos assediam, que tanto nos incomodam, que tanto nos amedrontam, o que elas são? Como compreendê-las? Como investigá-las? As Ciências Biológicas desenvolveram sofisticadíssimo instrumental teórico-conceitual-metodológico para tentar desvendar fenômeno tão complexo. Inúmeros e históricos avanços e descobertas foram e têm sido alcançados.

A dor já foi definida pela *International Association for Study of Pain* (2009, apud Queiroz, 2012) como “uma experiência sensorial e emocional desagradável, associada a uma lesão tecidual atual ou potencial, ou descrita em termos de tais lesões”. Nessa linha, é compreendida como uma resposta orgânica e/ou neurofisiológica resultante de impulsos ativados por estímulos sensoriais (ativação de neurônios excitatórios e liberação de hormônios analgésicos), cuja função é “avisar” a necessidade de descanso e tratamento da área lesionada, traumatizada ou enferma.

E as Ciências Humanas, com seus olhares próprios e particulares, também têm algo a dizer sobre as dores? Podem acrescentar outros saberes a estes conhecimentos? Podem contribuir para melhor conhecer seus mistérios e suas manifestações? Como investigam, compreendem e tratam esse fenômeno tão obscuro?

Esta outra perspectiva implica em outro ângulo de análise - implica questionar as relações entre o ser humano e o mundo. Segundo sociólogas/os, antropólogas/os, psicólogas/os, filósofas/os, educadoras/es e uma gama de profissionais de outras disciplinas associadas às Humanidades, há uma complexa relação entre o ser humano e as dores, as quais, por vezes, escapam aos olhos das Ciências Biomédicas, adquirindo sentidos diversos em diferentes contextos sociais.

A dor “acomete o sujeito como um todo e não somente seu corpo”, lembra David Le Breton (1999:82). Está imersa em devaneios e incertezas, labirintos e descaminhos, estímulos e percepções, culturas e valores, condições que interferem nas aflições e nas angústias humanas. A dor é toda uma “experiência de ser” (Le Breton, 1999:198).

Não há livros ou tratados de Fisiologia ou Anatomia capazes de interpretar os relatos humanos mergulhados na profundidade dos campos simbólicos e, mesmo que houvesse, seriam inviáveis como compreensão cultural e psíquica: dois seres humanos não sofrem da mesma dor e com a mesma intensidade. “Toda sociedade integra a dor a seu mundo” (Le Breton, 1999:132).

O médico não vivenciará a dor de uma doença tal qual um paciente na UTI. Também não a compreenderá da mesma forma que outro médico; há limites existenciais. “Observando as folhas de exames e não o rosto do homem que sofre, o médico, sem saber, contribui para cristalizar mais ainda a sua dor” (Le Breton, 1999:58).

A fundamentação biológica está preparada para experimentar a vestimenta simbólica do corpo?

Assim, sob a interpretação das Ciências Humanas a dor é, antes de tudo, uma construção social e cultural, carregada de símbolos e de significados. Na verdade, cada qual reage a ela distintamente, descrevendo de forma muito particular seu sofrimento.

Existem formas distintas de interpretá-la, vivenciá-la, comunicá-la. A dor pode ser um freio ou um incentivo, da qual pode-se fugir, suportar ou até mesmo desejar. Ela é carregada de ambiguidades. Pode desmoronar, moldar, construir, reconstruir identidades e posturas de mundo, pode suscitar enfrentamentos ou estimular fugas. Se para alguns é motivo de aflição para outros é o “preço a pagar”. Dependerá da “definição da situação”, como ensinava o sociólogo americano Erving Goffmann (2009).

As dores do corpo são singulares e imersas em um universo de experiências pessoais e culturais. A intensidade com que as lutadoras a sentem e a elas reagem é distinta e sujeita a múltiplas percepções, não sendo experimentadas, interpretadas nem toleradas no mesmo grau.

No MMA, por exemplo, treinar e lutar sentindo fortes dores pode ser interpretado como uma “forja heroica”, digna de orgulho. “No fundo, há orgulho por competir com dor. Mesmo sentindo isso ou aquilo a gente consegue fazer uma boa luta. Alguns costumam colocar obstáculos quando não conseguem alcançar algo. A dor não é obstáculo para nós, lutadoras de MMA. Ela é tão normal quanto a fome e o frio” (K.).

Suportá-las é signo de alta distinção. O autocontrole diante do sofrimento constitui um inequívoco sinal de prestígio:

“Têm determinados momentos do treino que o treinador fala ‘pessoal hoje teremos treino de absorção de ‘porrada’, treino de dor, a gente leva muita pancada, absorve muita porrada para chegar no ringue e fazer bonito. Tem determinados momentos em que você está recebendo golpes, pancadas, você tem que sustentar até acabar o round. É feito cinco rounds de absorção de porrada, de pancada, lateral na coxa, por dentro e por fora, guarda no rosto, no abdômen, vai fortalecendo. É não sair da dor enquanto não terminar” (AG.).

A presença das dores é de tal forma constituinte que pode-se mesmo falar em uma “cultura da dor” (Koury, 1999:82), onde cada um/a encontra sua própria narrativa:

“Seeufalarsobrelesõespassaremos o dia todo aqui. Já machuquei o ombro. Todas as articulações do corpo são fáceis de machucar. Sem contar as aberturas! Já levei 3 pontos no queixo, cinco na boca, pé, tudo. A primeira coisa que você faz quando começa a lutar é casar com o gelo. O gelo é o melhor remédio para lesão. Por último quebrei a mão e pensei que teria que parar porque o médico falou em colocar parafuso ou pino. Eu chorei e expliquei que era minha profissão. Ele colocou uma provisória só para colar o osso.” (K.).

A experiência e o aprendizado em conviver, suportar e ignorá-la por vezes chega a um estado de “personificação” – a dor se torna uma companheira fiel, “uma amiga”, corriqueira e inseparável dos treinamentos e das lutas:

“A dor é parceira. Se você treinar e não sentir dor, o que você vai fazer? Treinar mais um pouquinho até a dor chegar. Tem que chegar a dor. Se o

limite do treinamento é treinar com dor, temos de treinar com dor até o fim do treinamento. A gente não omite a dor, a gente ultrapassa e trabalha em cima da dor.” (A.).

Nos combates do MMA as lutadoras, orgulhosas, se autodefinem como “guerreiras”, alimentando o simbolismo da honradez e valorizando a postura da superação; não é qualquer revés que as tira do combate:

“No momento você não sente muito dor, mas quando passa o round vem aquela dor horrível e ainda tem mais rounds a ser cumpridos. É complicado, mas o guerreiro é forjado na batalha. Luta até acabar” (AG).

Impera uma ética estoicista. Valoriza-se a impassibilidade diante da dor e da adversidade. Atos de coragem, heroísmo e bravura elevam seu limiar para patamares superiores. Estoicas em lutar até o último segundo do round, mesmo representando um risco à integridade física, a tolerância ao sofrimento físico é encarada como *ethos*.

Dor é aonde se chega ao limite, sendo fundamental levar o corpo ao extremo, condição tantas vezes necessária para se alcançar uma vitória nos ringues.

“Não é que ela não quer sentir dor, é que lá na hora da luta é luta, se quebrou, quebrou, se cortou, cortou, ela quer continuar lutando. Às vezes a atleta corta os supercílios e o médico quer interferir, mas, ela não aceita, quer continuar lutando, passa vaselina, faz alguma coisa, mas quer lutar, então o orgulho de lutar é mais alto que a dor; às vezes a atleta apaga, mas não bate para parar a luta, prefere apagar, mas não bate, não desiste” (A.).

“Ninguém vai bater mais forte do que a vida. Não importa como você bata e sim o quanto aguenta apanhar. Continue lutando o quanto pode suportar. É assim que se ganha (Documentário: Anderson Silva – como água).”

Essas posturas estóicas deixam claro o quanto o corpo é um capital, um instrumento de trabalho gerador de status e diferenciação, uma arma poderosa, digna de cuidados e proteção, o qual deve ser constantemente aprimorado e lapidado:

“Eu procuro me cuidar bastante. A gente só consegue suprir as necessidades do corpo através de suplementação, musculação. A gente acaba evitando muitas coisas para não se machucar de forma banal, inclusive as festas que, para os lutadores, equivalem ao futebol do final de semana. A gente é como se fosse uma garota de programa. É o corpo que vai fazer nosso dinheiro” (K.).

O corpo das lutadoras é visto como uma verdadeira máquina, passível de falhas resultantes de hábitos e apropriações inadequadas:

“O corpo é uma máquina. Se tem uma parte que não está funcionando, ou a máquina não funciona ou realmente fica mais lenta. A máquina tem que lubrificar, fazer manutenção, a mesma coisa é corpo, a gente tem que cuidar da alimentação, fazer suplementação. A gente não vive só de arroz e feijão” (K.).

“Você vira uma máquina muito excessiva, então, é um treino muito forte e muito impressionante” (AG).

A formação deste capital físico, naturalmente, envolve longos processos de treinamento exaustivos e extenuantes. Com efeito, as

entrevistadas enfatizaram a rigidez da disciplina, os sacrifícios, os aprendizados, o aperfeiçoamento, o domínio crescente de seus corpos, para que viessem a se tornar “lutadoras de verdade”:

“Treinamos em torno de cinco a seis horas por dia, musculação, treinamento funcional e o treinamento específico. No treino de terça e quinta tem boxe com MMA. A gente faz o treino de carga, manobra, defesa, agressividade” (A).

Chamou-nos a atenção o descaso das lutadoras com certas diferenças de gênero, especialmente quanto à importância atribuída ao treinamento com homens, em particular aqueles mais experimentados e detentores de um capital físico com maior valor agregado o que, segundo elas, contribuiria para seus aprendizados:

“Não tem diferencial: a mulher sempre deve treinar com homens porque é melhor do que treinar com mulheres. Por isso que a mulher quer treinar mais forte porque quando competir competirá mais forte” (A.).

“A perfeição vem junto com a repetição. Quem não treina, não luta e não ganha. O treinamento feminino ocorre da mesma forma como o dos homens. É melhor treinar com homens porque com eles não tem moleza. No treinamento feminino não tem Lei Maria da Penha, nós apanhamos mesmo” (K.).

Ao longo do artigo temos argumentado no sentido de entender a dor como uma construção social, cultural e simbólica, diferentemente de uma visão essencialista. Ela deve ser interpretada como um processo de socialização, como formas distintas de agir, pensar e sentir, aprendidas mediante uma lógica contínua

de assimilações culturais. Nesse sentido, o sentimento em relação às dores experimentado e expresso pelas lutadoras deve pertencer, primariamente, ao repertório cultural do grupo.

A importância da dor ocupa papel tão importante neste universo que até mesmo a relação do MMA com a saúde foi sempre questionada:

“A saúde caminha por um caminho e o MMA por outro por exigir muito esforço do corpo. A gente ultrapassa muito os limites do próprio corpo. Quem já é lesionado tem tendência a se lesionar mais. Quem não é lesionado vai se lesionar. Por isso que o MMA tem uma vida de competição curta” (A.).

Marcas corporais são recorrentes e expostas orgulhosamente como sinais de superação e pertencimento neste mundo de violentos enfrentamentos:

“Ombro foi a primeira, coluna nunca mais foi a mesma, lesão na lombar, L5 e L6 lesionadas, cervical teve uma que pifou, eu senti o braço também por um bom tempo e tem o joelho também que sinto o tempo todo. Um chute se pegar no meu joelho, eu já sinto muito. Quem se diz atleta de MMA e nunca foi lesionado, não é atleta de MMA.” (A.).

As sequelas fazem parte das narrativas:

“MMA com saúde não bate. É totalmente diferente. É a mesma coisa de saúde com bebida alcoólica. Você sabe que vai morrer mais rápido bebendo. Com o MMA é a mesma coisa. A maioria dos lutadores de MMA quando chega ao 50 anos é hipertenso, tem problema de coração ou problema nos rins. Eu mesmo, só tenho um rim e a gente faz

muito processo de desidratação para emagrecer muito rápido. Duas semanas sem tomar água. Pra mim que tenho só um rim, já é um pé na cova” (K.).

O sacrifício é outro sinal evidente de prestígio. Em inúmeras ocasiões as atletas relataram ter competido lesionadas:

“Treinar e competir com dor. Normal. Sempre acontece” (A.).

“Lesão e dor no esporte são fundamentais, mesmo que você não queira se machucar, uma hora ou outra você vai se machucar porque nós treinamos muito a missão de porrada, a agressividade. Leva muita pancada porque lá em cima, no ringue, não vai ser papai e mamãe, você não vai olhar para a sua adversária e falar ‘vamos fazer uma boa luta, vamos tomar um cafezinho’. Tem que pensar ‘ela quer me nocautear’ então você tem que estar muito preparada para a luta” (AG.).

Mais importante que a dor é o ethos da lutadora. Dói menos lutar contra ela do que perder um combate:

“Quando a gente luta e não ganha o sentimento de culpa vai lá em cima. Não é nem a dor que me incomoda, mas a frustração. Sentimento de culpa. Você sabia que poderia ter feito algo mais e, na hora h, não fez porque o seu psicológico não deixou, sua preparação física ou sua adrenalina não deixaram” (K.).

“Você fica muito decepcionada, você chega lá e perde a luta, você vai para casa, se sente culpada... Você se sente muito ruim, fica muito mal mesmo, chega a emagrecer e ficar sem ir vários dias a academia” (AG.).

A obrigação de interromper treinamentos e lutas em função de

tratamentos e recuperações gera sentimentos de angústia e ansiedade:

“Você fica naquela ansiedade querendo, querendo e querendo. Mas você sente que ainda não está preparada para competir. É igual uma pessoa menor de idade querendo um carro e não pode, porque não pode dirigir” (K.).

“Eu senti muito desgosto. Eu não consigo parar. Eu tenho que lutar, mas, tenho que ir preparada para vencer e não para ter mais uma derrota” (AG).

Conclusão

Os imaginários de virilidade e agressividade parecem ainda estar fortemente arraigados no universo esportivo, especialmente no masculino. No entanto, ao analisar os discursos das lutadoras, percebemos que nos treinamentos e nas lutas têm amadurecido percepções muito diferenciadas e particulares sobre a feminilidade, sobre os papéis sociais e sobre as relações de gênero. A presença feminina nas Artes Marciais Mistas tem questionado, criticado e parece embaralhar representações sociais há longo tempo consolidadas, abalando certezas, desestabilizando antigas convicções e propondo uma nova interpretação e um novo olhar aos valores sociais e aos limites corporais naturalizantes e essencialistas.

Vimos o quanto as mulheres “vestem seus corpos” com uma faceta guerreira. Dentro dos ringues elas podem ser, literalmente, “fatais”.

Por seu caráter histórico e social, as visões estereotipadas sobre a participação das mulheres no MMA deveriam, prudentemente, ser

relativizadas e pensadas sob uma perspectiva destituída de visões pré-concebidas.

Referências bibliográficas

CAETANO, Juliana Naves Neves. **Significado e dor no esporte de alto rendimento**. 2012. 89 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

CAMELO, Emanuelle Santos. **A interpretação social e cultural das dores e lesões nas Artes Marciais Mistas (MMA)**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

Documentário: “Anderson Silva, como água”. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=X0XB243xDto>>. Acesso em 02 jan. 2013.

GOFFMANN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. “A dor como objeto de pesquisa social”. *Ilha, Revista de Antropologia*, nº 0, p. 74 a 84, 1999.

LE BRETON, David. **Antropología del dolor**. Barcelona: Editorial Seix Barral S.A., 1999. 287 p.

QUEIROZ, Edilene Freire de. “Dor e gozo: de Freud a Lacan”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2012.

Um país, para se considerar desenvolvido, precisa conferir às suas mulheres condições de igualdade em todas as esferas da vida pública e privada. Nas relações de trabalho, nos postos de comando, nas relações pessoais, é preciso assegurar direitos para que as mesmas possam usufruir do seu poder de escolha. No mundo do esporte não é diferente. O Brasil tem mais de 50% de sua população composta por mulheres e houve um avanço na ocupação dos postos formais de trabalho por mulheres. Porém, as desigualdades entre homens e mulheres ainda são grandes: do contingente da força de trabalho ativa, homens ocupantes dos mesmos postos recebem maiores salários, sendo, em média, a carga horária semanal das mulheres maior. Mas essas questões estão sendo enfrentadas com políticas estruturantes.

O nível de desenvolvimento do país permite distribuir benefícios à quase totalidade da população. Os programas sociais executados na última década possibilitaram que mais de 40 milhões de pessoas saíssem da pobreza para a classe média. As mulheres têm protagonismo importante nesta etapa da vida nacional. São elas que administram os recursos, por exemplo, da Bolsa Família. Os grandes eventos esportivos que sediamos, como a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, e os que vamos sediar, como os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos Rio 2016, são oportunidades de aprofundamento dessa distribuição de recursos. As mulheres, como todas/os as/os

trabalhadoras/es, já colhem resultados conquistando empregos e qualificação. Tivemos inúmeras mulheres trabalhando nas obras da Copa, comandando equipes de engenharia, cuidando de gramados, atuando na construção civil. Neste campo em particular, área considerada masculina, os dados da PNAD 2012 demonstram que a participação das mulheres chegou a 5% do total de postos de trabalho na construção das arenas esportivas das cidades-sede da Copa, em 2012, o que representou 75% a mais do que a média nacional, de 2,86%.

Desafios a serem enfrentados

No esporte, as mulheres vivem ainda muitos preconceitos e desigualdades que precisam e estão sendo enfrentados. A maior parte dos recursos públicos, bem como dos patrocínios e espaços na mídia, é destinado à participação dos homens. Na profissionalização, as diferenças salariais ainda persistem e são de grande proporção, as mulheres enfrentam o assédio moral e sexual e enfrentam barreiras para atuar como atletas, árbitras, assistentes, técnicas, preparadoras físicas ou na própria gestão esportiva. Esta situação, obviamente, se entrelaça com as construções sociais de gênero, dominantes em nossa sociedade. Quando percebemos a frequência das meninas e das jovens na prática esportiva nas escolas, nos clubes e espaços públicos, verificamos que é bem menor do que a dos meninos e rapazes. Isto tem relação com a forma que o esporte foi introduzido no país,

14 Professora da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Educação e Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério do Esporte.

sob uma visão masculina. Até o início do Século XX às mulheres era permitido, apenas, praticar atividades que as preparassem fisicamente para gerar sua prole saudável. Foi árdua a luta daquelas que enfrentaram a sociedade preconceituosa e desbravaram os pódios em modalidades tidas como masculinas. Podemos destacar a coragem da nadadora Maria Lenk, a primeira mulher brasileira a participar dos Jogos Olímpicos, em Los Angeles, em 1932. No Brasil, até 1979 era proibida para as mulheres a prática de modalidades esportivas como lutas e futebol, consideradas incompatíveis com o estereótipo reservado às mulheres, na época.

Para enfrentar esses obstáculos, o esporte precisa ser consolidado como um direito de cidadania, inscrito na Constituição Federal desde 1988, sendo parte do conjunto de bens imateriais inalienáveis dos homens e das mulheres. Portanto, deve-se entender o esporte exatamente como ele é, como se manifesta na sociedade eivada de contradições – o que nem sempre é bom, nem sempre ruim. O esporte é o que se faz dele. Materializar este preceito constitucional significa ofertá-lo como política pública a toda a população, em todas as suas dimensões, seja como alto rendimento, espetáculo, recreação e lazer, fruição ou para melhoria da saúde. O esporte pode contribuir com o desenvolvimento humano, social e econômico de um país, porém, não como fator isolado. Elevar a qualidade de vida da população requer a combinação de um conjunto de políticas que possam assegurar acesso ao trabalho, à moradia, à mobilidade, ao saneamento, à saúde, à educação, à segurança pública, à cultura, ao lazer e ao esporte. A ampliação do acesso

ao esporte pode gerar mais empregos e renda para diversos profissionais do esporte e, em especial, aos professores e professoras de educação física. Pode mobilizar o mercado de produtos esportivos, ocupação de espaços e equipamentos urbanos, pode promover a mobilidade urbana, regional e nacional, envolver a população em atividades esportivas multigeracionais, incrementar o conhecimento sobre o próprio esporte e proporcionar uma nova cultura esportiva no país. Mas isso não é algo espontâneo.

Quando o Governo Federal decidiu sediar grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos Rio 2016, entendeu-os como oportunidades históricas para impulsionar o desenvolvimento social, esportivo e econômico do país. Liderada, no âmbito governamental, pelo Ministério do Esporte, a organização desses eventos envolve as cinco regiões do Brasil, de forma descentralizada, e é capaz de alavancar investimentos em infraestrutura urbana e serviços, além de incrementar a promoção internacional do Brasil como destino turístico. Excelente instrumento para fortalecer políticas públicas nas áreas de educação, saúde e segurança, além de gerador de novas tecnologias para o país, os grandes eventos são capazes de impulsionar a cadeia produtiva do setor com criação de empregos, renda e novos negócios. E as mulheres têm participação decisiva nessa agenda de legados esportivos.

A Copa do Mundo de Futebol sempre foi considerada um evento essencialmente masculino, assim como o próprio mundo do esporte. Na perspectiva do Ministério do Esporte, com a atribuição de articular

e monitorar as ações governamentais e não governamentais, incluindo as que ocorriam nas 12 cidades-sedes, a preparação do evento teve esforço permanente para contemplar a diversidade humana. Procurou-se alinhar os interesses dos vários órgãos governamentais e seus programas, de forma transversal, nos diversos grupos temáticos que compunham o seu Comitê Gestor. Dessa forma, procurou-se romper antigos paradigmas que imputam às mulheres o papel de meras espectadoras ou de que sua atuação profissional deve estar restrita a áreas de suporte ao evento. Buscou-se avançar na perspectiva de que nesse processo de preparação do país para o evento e de sua realização era necessário que as mulheres ocupassem espaços reais de atuação.

Os estádios das cidades-sede foram construídos, reformados e ampliados apresentando áreas que favorecem a frequência de mulheres, como os “banheiros família”, próprios para troca de fraldas e amamentação de bebês, além de assentos e locais específicos para pessoas com deficiência, cadeirantes e obesas e obesas, com acesso identificado e facilitado em todas as áreas. Nestes estádios foram previstos espaços multiuso, que poderão ser aproveitados posteriormente pelas mulheres de todas as regiões do país para fins educacionais e culturais e atividades de esporte e lazer.

Os grandes investimentos em mobilidade urbana vão assegurar mudanças nos sistemas de transporte público, as quais reduzirão o tempo de deslocamento das mulheres para o trabalho e aumentarão a segurança, contribuindo para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Em Brasília, foi instituído um sistema de

acolhimento de mulheres nos ônibus, mesmo que fora do ponto, após as 22h. Soma-se a isto a melhoria da iluminação pública, incluída nos projetos de infraestrutura urbana e entorno das cidades-sede da Copa, o que representa uma mudança estruturante para o combate à violência contra as mulheres.

Em decorrência da Copa, está sendo ampliado nas doze cidades-sede o “Monitoramento com Câmara de Segurança” que utiliza sistema de imagens via Internet, acompanhando em tempo real toda movimentação suspeita de pessoas e veículos. Os projetos de ampliação têm objetivo de dar segurança ao público presente nas cidades envolvidas e, considerando o índice de 15,6% homicídios de mulheres em vias públicas, as imagens também contribuirão para agilizar os atendimentos nos casos de ameaças à segurança das mulheres.

Houve avanço no âmbito das oportunidades para as mulheres alcançarem sua autonomia econômica, com a oferta de 240 mil vagas de capacitação em mais de cinquenta diferentes cursos do PRONATEC Turismo, abertos para as 12 cidades-sede da Copa, municípios do entorno e destinos de visibilidade internacional, perfazendo um total de 184 cidades, distribuídas entre 21 estados. Das vagas já efetivadas, as mulheres ocuparam 60% das matrículas.

Também houve abertura de centenas de milhares de vagas de trabalho, entre elas um número expressivo preferencial para as mulheres, nas áreas de Hotelaria, Turismo e Lazer, Produção Alimentícia, Desenvolvimento Educacional e Social, assim como possibilidade de aproveitar vagas na área de Gestão e Negócios,

Informação e Comunicação, Segurança e Produção Cultural e Design. Há ainda o fortalecimento e ampliação das oportunidades para as/os Microempendedoras/es Individuais (MEI), como as/os ligadas/os à produção e venda de artigos do vestuário, assim como de acessórios e souvenirs, bijuterias e artesanatos, que chegam a mais de 100 mil empreendimentos somente nas cidades-sede da Copa, dos quais as mulheres compõem 73%.

Futebol feminino ganha destaque

O maior destaque nas políticas públicas de esporte para mulheres é o futebol feminino. O Ministério do Esporte valoriza a presença da mulher no esporte. Criou a Coordenação de Futebol Feminino ocupada pela grande ex-jogadora Michael Jackson que atuou durante muitos anos na seleção brasileira.

É reconhecido que no futebol as mulheres já atuam com destaque. É brasileira a jogadora mais vezes eleita a melhor do mundo: Marta Vieira da Silva. Nossa seleção sempre atua com destaque nas competições internacionais. O que precisamos, agora, é incentivar clubes e patrocinadores a investir no futebol feminino. Em 2013, o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal apoiaram financeiramente a realização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino (2013) e têm apoiado anualmente a Copa Libertadores de Futebol Feminino.

Este estímulo promoverá uma dinamização nos calendários regionais e na iniciação esportiva e possibilitará ainda a projeção das nossas atletas no âmbito internacional.

É a materialização de um desejo da Presidenta Dilma Rousseff ver desenvolvido o futebol feminino. Para sua estruturação, está em construção o Centro de Excelência do Futebol Feminino, no Parque Tecnológico Itaipu Brasil, em Foz do Iguaçu, projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte e desenvolvido para ser uma referência para o futebol feminino no Brasil, mas que também possibilitará o desenvolvimento do esporte de alto rendimento na região.

Neste diapasão, foi criada recentemente a Seleção Brasileira Sub 15 de futebol feminino, que tem como técnica Emily Lima, a primeira técnica mulher de uma seleção brasileira de futebol, que já havia assumido, no início de 2013, como técnica da seleção Brasileira de Futebol Feminino Sub 17. Essa categoria é essencial para o incentivo ao esporte de base. O importante é que já conta com uma dinâmica própria de competições, e, com patrocínio do Ministério do Esporte, foi realizada a Copa de Futebol Feminino Escolar Sub 17, em 2013, e o Campeonato de Futebol Feminino Universitário, em 2014. Impulsionada pela realização da Copa do Mundo FIFA, a modalidade ganha ares de política estruturante, junto às demais modalidades esportivas que compõem o plano do esporte de alto rendimento.

Nos **Jogos Olímpicos** e nos **Jogos Paraolímpicos Rio 2016**, o desafio não será diferente. Para o Governo Federal, a organização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos de 2016 ocorre em três frentes: 1) a preparação das equipes que vão representar o país nas competições; 2) a montagem das instalações esportivas para as disputas e de centros de treinamento para as modalidades; e 3) a construção do legado esportivo.

O legado está se espalhando pelo país, em diferentes formas: A) ampliação da prática esportiva, por meio de programas de esporte educacional como o Atleta na Escola, hoje em 44 mil escolas, e o Mais Educação/Segundo Tempo, atualmente com 4 milhões de estudantes, conjugados com a construção e cobertura de 10 mil quadras em escolas públicas e a construção de 285 Centros de Iniciação ao Esporte em 263 municípios de todos os estados e do Distrito Federal; B) estruturação da Rede Nacional de Treinamento, maior programa de infraestrutura esportiva em andamento no país, para interligar instalações e estruturar centros de treinamento de várias modalidades; C) formação de atletas e equipes de base para o esporte de alto rendimento.

A preparação das/os atletas e das seleções para Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos de 2016 foi impulsionada pelo Plano Brasil Medalhas e a Bolsa Atleta Pódio. Os resultados obtidos em 2013 foram inéditos: nossas equipes conquistaram 27 medalhas em provas “olímpicas” dos campeonatos mundiais ou equivalentes. Foi um ano histórico para as modalidades. Até então, o melhor ano havia sido 2005, com onze medalhas. Em 2014, esse desempenho positivo se mantém.

O Ministério do Esporte tem apoiado a preparação de atletas, por meio de recursos repassados às confederações de modalidades esportivas, as quais compõem o plano nacional do esporte de alto rendimento – com aceno, as que compõem o Plano Brasil Medalhas. Dessa forma, o apoio é dirigido para as seleções principais e seleções de base, masculinas e femininas. Com raras exceções, há destinação para equipes femininas em separado. Vale destacar que isso não tem sido impedimento para

o desenvolvimento de modalidades femininas nos esportes que recebem os recursos indistintamente. É o caso das equipes brasileiras de Judô e de Pentatlo Moderno, nas quais as atletas brasileiras alcançam destaque internacional, sendo que as judocas Sarah Menezes, Rafaela Silva, Érika Miranda, Maria Suelen Altheman e Mayra Aguiar estão entre as primeiras do ranking mundial, assim como a pentatleta pernambucana Yane Marques. Todas são beneficiadas pela Bolsa Atleta Pódio, do Governo Federal. Vale também para o Voleibol, em que as equipes femininas de Vôlei de Praia do Brasil ocupam os principais lugares do ranking mundial.

Isso se explica porque os recursos são destinados para manter as equipes técnicas multidisciplinares, comprar equipamentos especializados das modalidades esportivas e garantir as viagens para competições internacionais, treinamentos e intercâmbio. Tudo isso é aplicado nos centros de treinamentos que são utilizados em conjunto pelas seleções masculinas e femininas, de ponta e de base. Há situações em que, quando as características e/ou o grau de desenvolvimento da modalidade requeiram, o aporte de recursos é feito de forma separada, como é o caso do Basquete, que recebeu recursos separados para as seleções brasileiras femininas principal e Sub-19. A seleção de Handebol feminino também recebeu aporte em separado, o que contribuiu para que a equipe trouxesse para o país um resultado inédito: o título do Campeonato Mundial de 2013.

Foi investido na preparação de modalidades olímpicas e paraolímpicas, entre 2011 e 2013, o montante de R\$ 289 milhões em recursos diretos do Ministério do Esporte. Os investimentos em seleções principais reverberam

para a base, pois há o partilhamento dos espaços de treinamento, dos equipamentos, das equipes técnicas e de todos os benefícios com as seleções, fortalecendo e alinhando as várias categorias das modalidades, na rede nacional de treinamento.

Podemos afirmar que as mulheres romperam barreiras e ocupam cada vez mais espaços nas atividades esportivas, seja nas quadras, gramados e pistas, seja nos setores técnicos e administrativos. Em 2012, Sarah Menezes conquistou a primeira medalha de ouro olímpica para o Judô brasileiro, nos Jogos Olímpicos de Londres, e recentemente conquistou ouro no Grand Slam, na Rússia. No ano passado, Rafaela Silva se tornou a primeira brasileira campeã mundial de Judô. Em 2013, nossa seleção feminina de handebol conquistou o Campeonato Mundial. Em 2012, Yane Marques levou medalha de bronze, no Pentatlo Moderno, em Londres; em 2013 foi prata no Campeonato Mundial de Taiwan; e em 2014 conquistou medalhas de ouro no Sul-Americano, no Chile, e no Campeonato Pan-Americano, no México. Este ano, a equipe feminina de handebol conquistou o Pan Americano Juvenil. Também em 2014, a seleção feminina de Rúgbi conquistou o ouro nos Jogos Sul Americanos disputados no Chile. E no Atletismo, Fabiana Murer lidera o ranking mundial do Salto com Vara. É um resultado promissor e significativo para as mulheres, que respondem aos investimentos feitos pelo Ministério do Esporte. Somente na Bolsa Pódio, que apoia atletas de alto rendimento entre as/os 20 melhores do ranking internacional, com até R\$ 15 mil mensais, estão inscritas 88 mulheres de um total de 210 atletas atendidas/os até julho de 2014, ou seja 39,5%. E no total das demais categorias do Programa

Bolsa Atleta, as mulheres são em média 40% das/os bolsistas das dezenas de modalidades.

A preparação das instalações olímpicas no Rio está dentro do cronograma, a tempo de ficarem prontas para os eventos-teste que serão realizados já a partir de 2014. O país está se organizando a contento para os dois grandes eventos esportivos de 2016.

Mas será preciso continuar incrementando o desenvolvimento do esporte olímpico e paraolímpico. Após os Jogos Olímpicos de 2016, será preciso manter o apoio à base das modalidades para que o país permaneça entre as potências olímpicas, bem como avançar na busca de melhoria da gestão das entidades esportivas.

Os Jogos Olímpicos de 2016 propiciam levar benefícios para todas as unidades da Federação e, com isso, reduzir as desigualdades regionais na prática do esporte, tanto na iniciação às modalidades, quanto no desenvolvimento de atletas e equipes de ponta. Para isso, é importante concluir a Rede Nacional de Treinamento de Atletismo e estruturar a Rede de Treinamento de Judô, Natação, Vôlei e Basquete; apoiar os estados no financiamento de Centros Regionais Multiesportivos integrantes da Rede Nacional; atender todas as cidades G1 e G2 do PAC com pelo menos um Centro de Iniciação ao Esporte a cada 500 mil habitantes nos próximos quatro anos; criar modelos 4 e 5 do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) contemplando ginásio e campo de futebol; ginásio e pista de skate; equipar todos os CIE com academia e outros equipamentos; recuperar toda a infraestrutura existente nas universidades federais; modernizar ginásios dos municípios que sediam

equipes dos campeonatos brasileiros de Vôlei, Basquete, Futsal e Handebol; assegurar que nas capitais dos estados e em Brasília existam ao menos os seguintes equipamentos oficiais: pista de atletismo, parque aquático e ginásio poliesportivo.

O salto qualitativo do esporte brasileiro ocorrerá com a articulação das políticas públicas de esporte, em todas as suas dimensões e níveis, alinhados nacionalmente, em um único sistema – o Sistema Nacional do Esporte. Passos estão sendo dados nesse sentido. Estrutura qualificada, pesquisas e profissionais da área valorizados com gestão democrática poderão elevar o padrão esportivo do país, bem como fazer avançar a ampliação do acesso da população à prática esportiva, como um direito de homens e mulheres.

Programas de inclusão esportiva

O Ministério do Esporte tem criado possibilidades para amplificar o acesso ao esporte fomentando a participação das meninas, jovens e mulheres. O Programa Segundo Tempo (PST), principal programa de democratização do acesso ao esporte, há muito tempo está atento à necessidade de incrementar a participação feminina, por isso incluiu em seu material pedagógico e na formação dos coordenadores e monitores referências importantes sobre a questão de gênero nas atividades esportivas, além de ter inserido no seu rol as modalidades de ginástica aeróbica, hidroginástica e futebol feminino, preferências que atraem a participação das garotas. Esse Programa ganhou impulso, nos últimos anos, devido a políticas intersetoriais.

Foi feita importante parceria com o Ministério da Defesa, para integrar o Programa Forças no Esporte com o PST, principalmente em cidades de fronteira. Com a preocupação de garantir a presença feminina nessas atividades, foram repassados recursos do Ministério do Esporte para adequar as instalações esportivas existentes nas Forças Armadas às necessidades das meninas e jovens. A parceria com o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), ampliou e qualificou, significativamente, o Programa. São mais de 22 mil escolas públicas envolvidas, com a participação de, aproximadamente, 4 milhões de crianças e jovens. Dessas 1,4 milhão são meninas e adolescentes, com atividades esportivas realizadas nas escolas, como complementação curricular, contribuindo com a qualidade das atividades escolares, na busca de materializar a expansão da jornada escolar. O que vale observar, nesse movimento de unidade intersetorial dos programas, é que a escola é espaço inclusivo que possui mecanismos próprios garantidores de equidade na participação feminina nas atividades esportivas.

Outra iniciativa em parceria com o MEC é o Programa Atleta na Escola. Em 2013, 23 mil escolas públicas se cadastraram para fazer as atividades em modalidades do atletismo, contando com mais de 2 milhões de participações de estudantes, sendo que, em sua primeira versão, a participação feminina foi de 42%, em média. Quando se analisam os números, percebe-se que, mesmo entre as meninas, há uma diferença de conduta de acordo com a faixa etária. Enquanto que a participação das garotas de 12 a 14 anos é de 64% do total da participação, na faixa de 15 a 17

é de 36%, ou seja, quanto mais velhas as estudantes, menor a participação em competições. A perspectiva é ampliar essa participação, propondo medidas que estimulem o interesse das meninas e jovens pelo Programa. Para 2014 já se tem adesão de 44 mil escolas e se prevê o dobro da participação das garotas. Além disso, conforme o Programa vai se expandindo e se aperfeiçoando, com a diversificação das modalidades e divulgação dos seus resultados, pode haver um impacto positivo que possibilite o equilíbrio de gêneros na sua composição.

Esse é um movimento de busca da unidade do esporte com a escola, de relação entre sistemas. Respeitando a organização escolar, o que se quer é a ruptura da dicotomia entre o esporte educacional e o esporte de alto rendimento, entendendo a escola como lugar privilegiado para o acesso à formação esportiva, podendo as/os estudantes, por direito constitucional, ascender à carreira de atleta, se assim o desejarem, ou aprender e continuar sua prática esportiva ao longo de sua vida, num sistema adequado.

Valorização da disciplina Educação Física

No entanto, para que se alcance a formação integral das crianças e dos jovens, é preciso fazer da escola um espaço que promova o acesso ao conhecimento do esporte e sua prática e que também cultive o lúdico. Para isso, valorizar as aulas de educação física e seus professores e professoras é condição indispensável. Sem essa disciplina integrada à grade curricular, com aulas regulares, as/os estudantes estarão alijadas/os dos

importantes conteúdos da cultura corporal, historicamente acumulados e socialmente determinados – entre eles o esporte, sua forma mais desenvolvida. Portanto, é importante reafirmar a existência, na escola, dessa disciplina e dos programas esportivos complementares, numa visão de currículo ampliado. Sem vivência prática do esporte, as/os estudantes estarão também separadas/os dos importantes valores que dela poderão advir, como solidariedade em vez do egoísmo, cooperação em vez de eliminação, respeito às regras coletivas, autossuperação com esforço próprio e autodeterminação em vez de dependência. Estarão, inclusive, distantes de atividades que ampliam a tolerância às diferenças e às diversidades humanas, dentre elas a questão de gênero.

Procurando aumentar a participação da população brasileira no esporte e incluí-la no sistema esportivo, deve-se considerar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que ocorre em municípios de todos os estados brasileiros, com formação de agentes nas comunidades, para auto-organização de suas atividades esportivas recreativas e de lazer. No PELC é onde se encontra a maior participação de mulheres, principalmente as idosas, na sua versão Vida Saudável. O importante é perceber que esse Programa trabalha de forma intergeracional, com atenção especial a questões da diversidade étnica, de classe e sexual, incluindo as pessoas com deficiência. Esse Programa dialoga, diretamente, com o direito das mulheres à prática esportiva, enquanto que o PST e o Atleta na Escola, além de tratar do acesso de meninas e jovens ao esporte, proporcionam às mães e aos pais a segurança de manter seus filhos

e suas filhas na escola com atividades de qualidade, podendo dispor de mais tempo para tratar de seus interesses.

Ao analisar esse conjunto de ações concretas que formam a Política Nacional do Esporte, em desenvolvimento ao longo de quase 12 anos, pode-se constatar que houve avanços em vários campos de atuação e participação da mulher no mundo do esporte. Mas é preciso avançar mais. É fundamental que o novo Sistema Nacional de Esporte garanta a equiparação nos investimentos para homens e mulheres, em igualdade de condições, e que se estimule a formação esportiva de meninas e jovens, alijadas desse direito por séculos, em nosso país.

Procurou-se abordar, neste ensaio, as principais questões que abrangem a Política Nacional do Esporte, em relação aos pontos contidos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) de 2012 a 2015 que realçam o significado das atividades esportivas e de lazer, diante da realização no Brasil da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, pelas oportunidades que se apresentam para dar visibilidade à questão da mulher, considerando que tais competições tornam-se foco de atenção da sociedade como um todo.

“Experiências, valores e atitudes de mulheres podem enriquecer, elevar e desenvolver o esporte. Similarmente, a participação no esporte pode enriquecer, elevar e desenvolver a vida de mulheres.”

The Brighton Declaration on Women and Sport, 1994.

Ampliar as experiências esportivas de mulheres

Há exatos 20 anos, em 1994, foi endossada a Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte, da qual o Brasil é signatário através do Comitê Olímpico Brasileiro¹⁶. O objetivo primordial da Declaração é o de desenvolver uma cultura esportiva que permita e valorize a participação plena das mulheres em todos os aspectos do esporte. A Declaração apresenta princípios que deveriam guiar ações destinadas a aumentar a participação das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as funções e papéis.

A Declaração de Brighton convoca organizações governamentais e não-governamentais e todas aquelas pessoas envolvidas com o esporte a colocar em prática os princípios estabelecidos

no documento, criando políticas, estruturas e mecanismos que propiciem uma maior igualdade de gênero neste campo. Sendo o Brasil signatário deste documento e considerando a pertinência das questões ali propostas, entendo que ele pode pautar ações neste campo. São também objetivos da Declaração:

- Garantir a todas as mulheres e meninas oportunidades de participar no esporte e em um ambiente seguro e com apoio, preservando os direitos, a dignidade e o respeito ao indivíduo.

- Ampliar o envolvimento de mulheres no esporte em todos os níveis, funções e papéis.

- Assegurar que o conhecimento, as experiências e os valores das mulheres contribuam para o desenvolvimento do esporte.

- Promover o reconhecimento de que o envolvimento de mulheres no esporte oferece uma contribuição à vida pública, ao desenvolvimento comunitário e à construção de uma nação saudável.

- Estimular mulheres a reconhecerem os valores do esporte e sua contribuição ao desenvolvimento

15 Professora Doutora da Faculdade de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

16 A declaração foi elaborada durante o congresso internacional *Women, Sport and the Challenge of Change*, organizado pelo *British Sports Council*, com apoio do Comitê Olímpico Internacional. A questão principal abordada no congresso foi como acelerar o processo de mudança para corrigir os desequilíbrios enfrentados pelas mulheres na sua participação e envolvimento no esporte. Também foi acordado o estabelecimento e desenvolvimento de uma estratégia internacional para mulheres e esporte, envolvendo todos os continentes, com o endosso e o apoio de organizações governamentais e não governamentais ligadas ao esporte. O *International Working Group on Women and Sport* foi um dos resultados desse movimento, o qual realizou em junho deste ano, na Finlândia, a sexta edição desse congresso internacional, o *6th IWG World Conference on Women and Sport*.

pessoal e a um estilo de vida saudável.

(THE BRIGHTON DECLARATION, 1994, p. 99)¹⁷

A Declaração de Brighton foi elaborada frente à constatação, em âmbito internacional, de significativas desigualdades de gênero nas mais diversas dimensões do esporte. Embora as mulheres representem mais de cinquenta por cento da população mundial, sua participação nos esportes, afirma o documento, varia nos diferentes países, mas em todos eles é menor do que a de homens e meninas. Considerando a Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso ao esporte é entendido como um direito universal, a ser garantido a todos e todas, sendo necessárias ações que levem em conta as desigualdades de gênero e discriminações existentes contra mulheres¹⁸.

Sem esgotar o conteúdo desta Declaração, trago alguns pontos que considero importantes para esta publicação. No que se refere à formação profissional na área de esportes e educação física, o documento reivindica que as experiências educativas e formativas abordem questões relacionadas à igualdade de gênero e às necessidades de atletas mulheres. Este ainda é um ponto não incorporado a todos os cursos de formação superior no Brasil. No âmbito das informações e da pesquisa, a Declaração afirma

que os responsáveis pela produção de conhecimento e por fornecer informações sobre esporte devem desenvolver políticas e programas para aumentar o conhecimento e a visibilidade sobre mulheres e esporte. Neste ponto, penso que o Brasil tem dado os primeiros passos. A produção de conhecimento nesta área cresceu significativamente no Brasil desde então, com a consolidação dos estudos de gênero no Brasil em diferentes áreas de conhecimento, inclusive dentro da educação física. Editais de fomento à pesquisa na área dos estudos feministas, de gênero e diversidade também foram criados. Considerando as desigualdades de gênero no campo do esporte e da educação física¹⁹, investir em estudos e pesquisas específicos nesta interface de campos de conhecimento pode ser um ponto a ser ainda mais aprimorado.

Outro princípio desta Declaração refere-se às necessárias ações no âmbito educativo. Sendo este o foco de análise deste artigo, retomo aqui o que afirmava o documento em 1994:

Pesquisas demonstram que meninas e meninos se aproximam do esporte a partir de perspectivas marcadamente distintas. Aqueles responsáveis pelo esporte, pela educação, pela recreação e pela educação física dos jovens deveriam garantir que uma gama equitativa de oportunidades e experiências de aprendizagem que acomode valores,

17 Os trechos da Declaração aqui transcritos passaram por uma tradução minha a partir da língua inglesa. A Declaração de Brighton também está disponível em: http://www.sportsbiz.bz/womensportinternational/conferences/brighton_declaration.htm. Acesso em: 03.07.2014

18 O foco desta Declaração é o combate, em âmbito mundial, de desigualdades e discriminações contra mulheres. Entendo que este problema ainda se faz presente no Brasil, o que não exclui a existência de outras formas de discriminação, como em relação à diversidade sexual, a questões étnico-raciais, religião, entre outras.

19 O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, em 2013, conseguiu oficializar o Grupo de Trabalho Temático em Gênero.

atitudes e aspirações de meninas seja incorporada em programas voltados ao desenvolvimento da aptidão física e das habilidades esportivas básicas de jovens. (THE BRIGHTON DECLARATION, 1994, p. 100)

Assim, neste artigo, a partir desta Declaração internacional sobre mulheres e esporte, gostaria de refletir sobre a aprendizagem esportiva no Brasil no âmbito da escola e a necessidade de que esta considere questões de gênero, seja no que diz respeito à prática educativa, à formação profissional ou à produção de conhecimento. As possibilidades de aprendizagem esportiva para uma criança no Brasil são bastante restritas. Para muitos brasileiros, a escola e dentro dela a educação física constituem-se a única oportunidade de uma prática educativa sistematizada e orientada. Qualificar os espaços e as ações pedagógicas dentro da escola, considerando as dimensões de gênero, ainda é um grande desafio no nosso país.

Desigualdades de gênero na educação física escolar

Na escola, as aulas de educação física são o principal espaço de aprendizagem esportiva. A prática de esportes extraclasse regular, como em equipes de treinamento, raramente está presente na educação pública brasileira. Criar estruturas físicas e pedagógicas dentro das escolas com a inserção da prática esportiva extraclasse incorporada ao projeto pedagógico, conduzida por professoras/es da escola, poderia ser uma forma de ampliar e aprimorar as possibilidades

de aprendizagem esportiva de crianças e jovens brasileiros.

No Brasil, para grande parte da população, a prática regular de esportes ou outra atividade física está aquém do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As recomendações mundiais sobre a atividade física para a saúde da OMS variam de acordo com a faixa etária. Recomenda-se que crianças e jovens entre 5 e 17 anos façam um mínimo de 60 minutos diários de atividades físicas de intensidade moderada a intensa²⁰. Uma pesquisa concluída em 2011, com estudantes dos dois últimos anos do ensino fundamental da região metropolitana de Campinas, demonstra uma frequência de prática de esportes ou outra atividade física bastante inferior a esta, sendo ainda menor entre meninas. Enquanto meninos informaram praticar esportes ou outra atividade física em média 3,4 dias na semana, meninas o fazem 2,6 dias, estando aí incluídas as aulas de educação física (ALTMANN et al., 2011). Políticas públicas no campo do esporte e de outras práticas corporais que ampliem essas possibilidades são importantes.

Além das questões relacionadas à saúde, há de se considerar a importância do esporte na sociedade contemporânea e no direito ao amplo acesso a este patrimônio cultural da humanidade por parte de crianças e jovens. A escola tem como função primordial possibilitar o acesso ao conhecimento e, dentro dela, a educação física é a disciplina escolar que tradicionalmente tem se responsabilizado por trabalhar com os conteúdos da cultura corporal de movimento, quais sejam:

20 Disponível em: http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_recommendations/es/ Acesso em 30.06.2014.

esporte, ginástica, atividades rítmicas e expressivas, jogos, lutas e capoeira. O esporte não deve ser o único conteúdo a ser ensinado nessas aulas, no entanto, ele é um importante conhecimento da educação física, o qual deve ser trabalhado nas suas mais diversas dimensões e modalidades, tanto no que se refere a um saber corporal e à aprendizagem de gestos, de técnicas e de táticas, quanto a saberes conceituais. A aula de educação física não é um espaço de treinamento, mas de construção de conhecimento, um conhecimento que diz respeito ao corpo e ao gesto, embora não se restrinja a ele. Cabe, portanto, à educação física possibilitar uma ampla e democrática “alfabetização esportiva” (BRACHT; ALMEIDA, 2013), acessível a todas/os e não apenas às/aos mais habilidosas /o.

As reponsabilidades da educação física na escola são bastante amplas, incluindo o ensino de um grande número de modalidades esportivas e de outros conteúdos além do esporte. O tempo de aula disponível, que geralmente não ultrapassa duas aulas semanais de 50 minutos, é restrito diante das inúmeras responsabilidades e possibilidades pedagógicas da disciplina. Deste modo, seria uma ilusão imaginar que a educação física na escola pode sozinha responsabilizar-se pela esportivização de crianças e jovens. Ela tem, sim, um papel fundamental, podendo inclusive informar e formar as/os estudantes para práticas em outros espaços, os quais, porém, precisam existir. A vivência do esporte é uma experiência coletiva e não individual, que depende de oportunidades coletivas, materiais específicos, profissionais especializadas/os, organização de campeonatos, no caso de uma prática competitiva, entre outros. Este sistema precisa ser aprimorado no Brasil.

Na pesquisa anteriormente citada (ALTMANN et al., 2011), 36,7% das alunas de ensino fundamental pesquisadas informaram não realizar nenhuma atividade física regular extraclasse, ao passo que entre os alunos esse número foi de 13,4%. A prática mais mencionada por elas foi caminhada, citada por 17,5%. Além de não ser um esporte, a caminhada é uma prática corporal bastante inconstante e restrita no que se refere à aquisição de habilidades corporais mais complexas, entre outros. 12% das meninas mencionaram o vôlei, 9,1%, futebol, 4%, bicicleta e 2,5%, a dança. Já entre os meninos, o futebol foi mencionado por 55,3% deles como uma atividade realizada regularmente extraclasse. 8,8% informaram andar de bicicleta, 6%, caminhada, 2,3%, natação, 2,1%, basquete e 2,1%, vôlei (ALTMANN et al., 2011). A menor frequência de prática por parte de meninas tem efeitos sobre as aulas de educação física, uma vez que, em linhas gerais, elas chegam para as aulas com habilidades corporais para os esportes menos desenvolvidas, colocando-as em uma situação de desigualdade quando jogam conjuntamente com meninos.

Além disso, expectativas de beleza corporal associadas às mulheres, bastante presentes na sociedade brasileira, muitas vezes afastam-nas dos esportes ou limitam sua participação. Suar, usar roupas e calçados adequados à prática esportiva, movimentar-se com intensidade, não usar penteados e maquiagem são características de um corpo atlético e não necessariamente de um padrão de beleza feminina. O esporte requer um corpo ágil, forte, habilidoso, corajoso e não um corpo frágil ou de uma beleza passiva.

Assim, o gênero é um marcador de desigualdades bastante presente

nas práticas pedagógicas de educação física que tem no esporte seu conteúdo, tendo como um de seus efeitos oportunidades e possibilidades de aprendizagem desiguais, com significativa desvantagem para as meninas.

Pesquisas têm demonstrado que diferenças de gênero interferem na participação de meninos e meninas nas aulas de educação física e, conseqüentemente, na sua aprendizagem (ALTMANN, 1998; JACÓ, 2012; OLIVEIRA, 2010; UCHOGA, 2012). Considerando que a aprendizagem de um esporte depende de um envolvimento ativo com o mesmo, a ausência ou a baixa qualidade da participação em uma aula de educação física limitam as possibilidades de aprendizagem do esporte. A partir de pesquisa realizada no ensino fundamental, Juliana Jacó (2012) criou quatro categorias explicativas das diferentes formas de participação nas aulas: protagonistas, figurantes, excluídas/os e flutuantes. As/os protagonistas participavam das atividades de forma bastante ativa e interessada, como indo ao encontro da bola, dominando-a por mais tempo etc. Estas/es eram predominantemente meninos. Ao contrário delas/es, as/os excluídas/os optavam por não participar das aulas ou das atividades, observando-as de fora. As meninas eram a grande maioria entre as/os excluídas/os e também entre as/os figurantes, que, embora se inserissem nas práticas, atuavam de forma insignificante, dando lugar na fila, fugindo da bola ou posicionando-se de modo a não recebê-la. As/os flutuantes transitavam entre as categorias. De acordo com Jacó (2012), essas diferentes formas de participação possibilitam aprendizagens não apenas distintas, mas desiguais, sendo limitadas

as possibilidades de aquisição de habilidade e conhecimento daquelas/es que não se envolvem com as práticas de forma efetiva. As meninas estavam mais sujeitas a essa situação.

As experiências corporais vivenciadas ao longo da vida possibilitam a aquisição e o aprimoramento de habilidades corporais que são mobilizadas durante uma prática esportiva. Habilidades melhores desenvolvidas propiciam uma inserção mais efetiva em uma prática, que, por sua vez, dá prosseguimento a esse processo de aprimoramento de habilidades, qualificando e ampliando as vivências com o esporte. Assim, criar estratégias metodológicas que garantam e estimulem um maior protagonismo de meninas dentro dos esportes é fundamental.

Levar em conta as diferenças de habilidade entre jogadores e jogadoras ao propor um jogo esportivo ou outra atividade específica, de modo que ela produza um aprendizado significativo, é uma tarefa docente. Incentivar meninas a adotar atitudes ofensivas e de liderança durante os jogos coletivos, a permanecer por mais tempo com a posse de bola, a realizar cobranças importantes em um jogo, a correr os riscos do erro, a viver os prazeres da vitória, a lidar com a dor da derrota, entre outros, também são pontos a serem levados em conta. Em uma pesquisa desenvolvida em uma escola de futebol, Aline Viana (2012) concluiu que, semelhantemente ao que ocorre em outras esferas sociais, as oportunidades de aprendizagem nesse espaço educativo eram desiguais, sob a perspectiva de gênero, e desfavoráveis às meninas.

Assim, um aspecto do ensino do esporte mencionado pela Declaração

de Brighton diz respeito a como garantir oportunidades e experiências de aprendizagem equitativas a meninos e meninas, considerando valores, atitudes e aspirações também de meninas. Como incorporá-los ao ensino dos esportes na escola? Inserir nas aulas modalidades esportivas de interesse de meninas, fomentar esse interesse através da aquisição de habilidades, da oferta de diferentes formas de vivenciar o esporte, seja ela lúdica, competitiva, como espectadora, visibilizar mulheres esportistas são aspectos nos quais devemos investir.

Palavras finais

Ampliar o envolvimento de mulheres com o esporte em todos os níveis e funções é a grande meta da Declaração de Brighton sobre mulheres e esporte com a qual inicio este artigo. A ampliação do envolvimento de mulheres com o esporte depende de muitos aspectos, mas um deles parece-me fundamental: o desenvolvimento do apreço e do gosto pela prática de esportes. O gosto pelo esporte se constrói através da própria experiência, através da aquisição de habilidades corporais, do domínio de gestos esportivos, da experiência de jogar e, por vezes, competir. Oportunizar essa aprendizagem corporal a crianças e jovens dentro da escola, nas aulas de educação física e em outros espaços públicos, é uma meta a ser perseguida. Ao sediar a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil deve também investir em estruturas e programas esportivos que ampliem as possibilidades de crianças e jovens viverem o esporte com o próprio corpo.

Referências bibliográficas

ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação Física**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1998.

ALTMANN, Helena et al. **Educação física escolar e igualdade de gênero: um estudo transcultural**. Unicamp: Campinas, 2011. Relatório de pesquisa.

BRACHT, Valter e ALMEIDA, Felipe Q. “Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar”. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, p. 131-143, 2013.

JACÓ, Juliana Fagundes. **Educação Física escolar e gênero: diferentes maneiras de participar da aula**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Unicamp, Campinas, 2012.

OLIVEIRA, Rogério Cruz de. **Na periferia da quadra: educação física, cultura e sociabilidade na escola**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2010.

THE BRIGHTON DECLARATION ON WOMEN AND SPORT, 1994. In: FASTING, K. et al., **From Brighton to Helsinki, Helsinki**, Finnish Sport Federation, 2014.

UCHOGA, Liane R. **Educação física escolar e relações de gênero: risco, confiança, organização e sociabilidades em diferentes conteúdos**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VIANA, Aline E. **As relações de gênero em uma escola de futebol: quando o jogo é possível**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

O propósito deste trabalho foi revisitar um dos estudos de nossa lavra, cujo principal objetivo foi analisar, pela ótica do gênero (LOURO, 1995; SCOTT, 1995), a cobertura dada pela imprensa esportiva do Rio de Janeiro às/aos atletas de ambos os sexos participantes dos Jogos Olímpicos de 2004. Na oportunidade, debruçamo-nos sobre 214 fotos e respectivas legendas. Os resultados apontaram que a cobertura jornalística faz julgamentos, velados ou não, sobre a beleza das atletas do sexo feminino.

Como toda investigação alicerça-se em lacunas, eis que as diretrizes da *Women's Sports Foundation* nos dão margem para revisitar nossos escritos, e rever as imagens e textos com as indagações: será que a mulher parece uma atleta? Se veste como tal? Suas roupas são adequadas? Alguma parte significativa do corpo ausente? As palavras correspondem às imagens? Existe diversidade em relação à etnia? As inserções são proporcionais entre atletas homens e mulheres?

Embora a Fundação tenha elaborado diretrizes para mídia eletrônica e impressa com orientações sobre vários tópicos que nos dispusemos a analisar, a imprensa brasileira está longe de repensar sua forma sexista de tratar as atletas do sexo feminino. Mas estamos em tempo de constantes lutas na perspectiva de mudanças.

Sabemos que a participação da mulher no esporte, desde as primeiras Olimpíadas, se configurou como espaço masculino. Na concepção de Coubertin, os Jogos Olímpicos modernos destinavam-se única e exclusivamente ao sexo “forte”. Como consequência, o ambiente esportivo produzia e representava a masculinidade. Destarte, as mulheres eram excluídas da participação e tinham o acesso à prática de forma escassa e restrita.

Um dos argumentos que dava suporte a essa exclusão eram as possíveis alterações no corpo e na natureza feminina, dando margem ao risco de masculinização. Desse modo, as diferenças entre os sexos, apontadas por meio do esporte, não são tão simples quanto parecem: as mulheres, frágeis, não alcançam resultados semelhantes aos homens, fortes e viris. A literatura no campo da fisiologia indica que no esporte existem diferenças biológicas entre homens e mulheres e aponta também diferenças de performance (DUNING e MAGUIRE, 1997; WEINECK, 2000). Contudo, podemos questionar a razão de algumas diferenças, e não outras, serem usadas para reforçar atitudes sociais e preconceitos contra as mulheres.

Knijnik (2003) atesta que em vários estudos e trabalhos por ele analisados fica explícito o fato de que a sociedade brasileira foi majoritariamente

21 Elaine Romero é doutora em Ciências (Psicologia Escolar) pela USP e pós-doutora em Epistemologia da Motricidade Humana pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi professora do Departamento de Jogos na UFRJ. Atualmente está aposentada, prestando consultorias na área de gênero.

22 Erik Giuseppe B. Pereira tem doutorado em Ciência do Movimento Humano pela Universidad Autónoma de Asunción e é doutorando em Educação Física na UERJ e professor do Departamento de Jogos da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. Atua também como líder do Grupo de Pesquisa em Esporte, Corpo e Sociedade (GECOS), o qual está inserido no LABCOESO - Laboratório em pesquisa do corpo, esporte e sociedade.

dominada por homens, condicionando, desse modo, a formação esportiva das mulheres e elegendo os requisitos para julgar a feminilidade. Nessa engrenagem, eles decidiram quais atividades podiam ou não ser praticadas por elas, transformando essas diretrizes em documento oficial como a legislação esportiva brasileira, que também contribuiu para o cerceamento da participação feminina no esporte.

O ponto de partida aqui presente circunscreve-se então em examinar entre as imagens e textos, explicitados a seguir, como o gênero ou as relações de gênero podem ser identificadas em eventos esportivos de repercussão internacional e como se pode responder/cotejar as questões advindas da Fundação.

Os Jogos Olímpicos de 2004 – A trilha percorrida

Examinamos as fotos e os textos relativos aos Jogos, de acordo com os dados divulgados na mídia impressa em 2004, quando o Comitê Olímpico Brasileiro – COB informou ter inscrito 247 atletas, sendo 122 mulheres e 125 homens. Verificamos que foi ressaltada a (quase) equivalência entre as inscrições masculinas e femininas (O GLOBO, 2004).

Na relação de esportes com o respectivo número de inscrições, deparamo-nos com as seguintes modalidades em ordem alfabética: atletismo (37); basquete (12); boxe (5); canoagem (2); ciclismo (5); esgrima (3); futebol (18); ginástica artística (7); ginástica rítmica (6); handebol feminino (15) e masculino (15); hipismo (9); iatismo (14); judô (12); luta greco-romana (1); natação (23); nado

sincronizado (2); pentatlo moderno (2); remo (4); saltos ornamentais (4); taekwondo (3); tênis (2); tênis de mesa (5); tiro esportivo (1); triatlo (6); vôlei masculino (12) e feminino (12); vôlei de praia masculino (4) e feminino (4).

Justificamos, nessa descrição de modalidades, a antecipação da hipótese de que com tamanho número de talentos, o tratamento da mídia é desigual e, assim sendo, as mulheres têm menos visibilidade. De acordo com a afirmativa do jornalista Paulo Calçade (2002, p. 29), “a mídia é controlada por homens e dominada por um avassalador pensamento machista”.

Essa assertiva foi corroborada em estudos posteriores ao constatarem que a mídia foca o corpo feminino de forma a ressaltar o belo, sensual e conotação sexual, em detrimento de sua performance (PEREIRA, PONTES e RIBEIRO, 2014a e 2014b; ROMERO, 2004 e 2005; e ROMERO et al., 2014).

Sabemos que existem diversas formas para averiguar o tratamento diferenciado entre atletas do sexo masculino e do sexo feminino na mídia escrita. Uma delas consiste em comparar a quantidade da cobertura, quer por fotos, quer por textos, destinada ao atleta homem versus o espaço cedido à atleta do sexo oposto.

Tendo em conta a decisão pela estratégia de pesquisa adotada, cujo fulcro é o fenômeno, reportamo-nos a Bardin (2011) que nos ensina os passos para a sua prática. Lembramos que mensagens linguísticas em forma de ícones consistem em um meio de comunicação que pode ser decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

Os estudos anteriores (ROMERO, 2004, 2005 e 2008) focaram nas fotos

com as respectivas legendas uma vez que as primeiras poderiam trazer, além de simples imagens, mensagens significativas. As legendas, por sua vez, sob forma de texto, deram, de certa maneira, formas às imagens que vinham acompanhadas das descrições de atletas de ambos os sexos. Cotejar os resultados à luz das recomendações da *Women's Sports Foundation* é a lacuna que ora se pretende explorar.

A análise foi procedida à medida que o calendário das modalidades disputadas nos Jogos Olímpicos avançava e a imprensa esportiva divulgava as imagens e fotos, tendo como indagação presente as questões propostas pela Fundação.

Imprensa e performance feminina

Em relação às ginastas, poderíamos antecipadamente depreender, segundo as imagens veiculadas, que as palavras alusivas davam conta de que as expectativas haviam sido superadas. Isso porque, seguindo a avaliação editorial, as meninas tinham atingido o objetivo maior, a classificação, o que era o suficiente no entendimento da mídia escrita.

Para a imprensa, especialmente, alguns resultados surpreenderam, ou seja, foram além do esperado. Exemplificamos com alusão à Ginástica Rítmica Desportiva – G.R.D., que conseguiu se classificar para as finais. A legenda traduz esse resultado inesperado quando nos deparamos com o texto: “Pódio Olímpico. *Equipe verde-amarela na final da ginástica rítmica. Bom resultado*”. Até o final das provas da G.R.D. é nítido o pouco interesse da imprensa esportiva. Numa única foto foi decidido comentar a expectativa para

a equipe, os resultados positivos até então, bem como noticiar as palavras de uma das componentes diante da classificação para final.

Uma das notícias bastante divulgada na mídia televisiva, embora este meio de comunicação não tenha sido nosso objeto de análise, foi a projeção alcançada por Daiane do Santos pelo ineditismo do salto duplo *twist* (carpado e esticado). A execução deste exercício de alto grau de dificuldade e por ser inédito na composição da coreografia, fez com que a atleta se colocasse no topo nesse tipo de prova.

Entretanto, em que pese a visibilidade dada a esta modalidade, a atenção ficou reduzida à atleta negra, Daiane, por ser origem de família humilde, ser negra e bem sucedida num esporte cujas atletas de elite costumam ser europeias ou americanas e brancas, por tradição. Além disso, sua retrospectiva em termos de resultados superava tudo o que já havia sido alcançado por uma ginasta brasileira até então: medalha de ouro nos exercícios de solo, nas etapas do Mundial de Ginástica Artística.

Analisando mais detalhadamente as mensagens que acompanhavam as fotos, observamos um fato curioso. Embora a equipe fosse composta de seis ginastas, apenas três foram noticiadas, as demais foram absolutamente ignoradas.

No material examinado, das três ginastas que foram objeto de interesse da imprensa esportiva, Daiane ganha maior peso nas imagens e textos veiculados. Transformada em uma celebridade, ao que parece, todos os seus passos são acompanhados e, desde o momento em que recebe instruções

do técnico aos vários instantes dos exercícios, tudo o que faz é alvo de atenção. No dia em que o Brasil torcia pelo seu bom desempenho, a fim de conquistar a medalha de ouro, a atleta foi notícia com fotos e textos que ilustravam sua performance.

O vôlei de quadra e o de praia feminino reuniram, graças às qualidades das atletas, os quesitos necessários para que as modalidades fossem bem sucedidas nos Jogos. Os escritos refletiam essa ideia: “Shelda e Adriana tentam apagar de vez o fantasma que as persegue desde Sidney, quando deixaram escapar a medalha de ouro”. Nossa interpretação ao texto dá conta de que essa foi a forma que a imprensa encontrou de “encorajar” a dupla.

Na sequência de fotos e textos analisados nesta modalidade, o descaso às atletas brasileiras com tradição nos Jogos é surpreendente. O Brasil já foi ouro e prata em Atlanta e em Sidney, respectivamente. Essa retrospectiva poderia sugerir uma maior preocupação por parte da imprensa na cobertura da modalidade na edição dos Jogos Olímpicos de 2004. Entretanto, os dados revelam posição contrária, pois um único registro foi encontrado e, assim mesmo, na partida em que as duas duplas se enfrentaram.

O conjunto de imagens representa a hierarquia entre os gêneros, estabelecida pelas relações de poder da mídia. Essa situação mostra que as representações sobre a prática do esporte, pontualmente o vôlei feminino, são atravessadas por questões de gênero e este, retomando Scott (1995) e Foucault (1989 e 1992) é a forma primária de dar significado às relações de poder.

Juliana Veloso, nos saltos ornamentais, estava esperançosa pela sua retrospectiva em Santo Domingo. Mas, se tratando de uma competição olímpica, a disputa prometia ser mais acirrada. A classificação para a semifinal e a 18ª posição nos Jogos, a melhor do Brasil até então, foi recebida pela imprensa como “surpresa”.

Ao disputar mais tarde os saltos na plataforma de 10m, mesmo tendo conseguido igualar-se à melhor marca já alcançada por uma atleta brasileira na plataforma, em 1956, quase cinco décadas depois, o feito foi minimizado com um único registro.

O vôlei de quadra feminino, alvo maior da imprensa esportiva, com maior número de imagens e textos, foi focado como expectativa, frustração e, também, performance. Aqui, fazendo jus às atletas pelas suas habilidades, principalmente as titulares foram destaques no noticiário esportivo. No entanto, a mídia deixou escapar um comentário em relação ao traje esportivo das atletas gregas numa das partidas. De costas, uma delas é fotografada com a calça um tanto quanto fora das marcas habituais, deixando um pouco à mostra as nádegas da jogadora. Foi o suficiente para a mensagem: “Olha o *collant* das gregas”. Que falta faz o olhar da/o leitor/a senão para marcar uma hierarquia de gênero? O machismo na redação do periódico é explícito. Questionamos: estariam as/os jornalistas da nossa cultura preparadas/os para desmembrar os corpos masculinos à maneira como fizeram com os femininos?

No futebol feminino, a despeito do número de jogadoras que compõe a equipe, apenas três delas interessaram à imprensa esportiva: Marta, Formiga e

Juliana Cabral. Elas foram reconhecidas pelas suas habilidades de “proteger a bola”, “driblar a goleira”, “disputar a bola” e “evitar o gol”. Questionamos se tivéssemos a equipe masculina disputando os Jogos, se os textos e imagens não seriam ampliados? Essa situação nos remete aos escritos de Sabo (2002), para quem o esporte é uma instituição criada por e para os homens, e, nesse sentido, a imprensa esportiva é constituída essencialmente por essa representação. Tendo a palavra como arma, a imprensa esportiva auxilia a dar suporte na reconstituição da hegemonia masculina.

Em relação à modalidade basquete, os termos encontrados ficaram ainda mais resumidos: “disputa uma jogada” ou “disputa uma bola”, “consegue 11 rebotes” e “enfrenta marcação”. Não encontramos qualquer alusão à criatividade das jogadoras ou destaque a um lance excepcional. Tudo transparece que as partidas foram desenroladas apenas para cumprir o tempo do cronômetro e nenhuma jogada ou habilidade, fora daquelas mencionadas, foi suficientemente interessante para chamar a atenção da mídia esportiva brasileira nessa modalidade.

Essa situação tende a encontrar abrigo nas palavras de Sabo (2002) ao criticar e comentar as hierarquias de dominação, nas quais os homens dominantes, os chamados patriarcas, detêm a autoridade tradicional e o poder político, manipulando e monopolizando os recursos disponíveis de forma a ampliá-los e controlá-los. Isso se aplica à imprensa, numa demonstração clara de sexismo.

No atletismo, de acordo com o quadro de resultados, indica-se um completo descaso às atletas brasileiras.

Dentre os/as trinta e sete inscritos/as na modalidade, dezessete eram mulheres e nenhuma foi focalizada pela mídia brasileira. Esse dado reforça a tese levantada por algumas/ns autoras/es que pontuam a existência de menor visibilidade da mulher na mídia esportiva (MESSNER, 1988 e 1990; KANE e PARKS, 1992; SABO, 2002; ROMERO, 2004, 2005 e 2008; BARROS, 2012; entre outras/os). Essa situação se enquadra numa construção de hierarquia de gênero que embute múltiplos sistemas de desigualdades, desfavorecendo a mulher e perpetuando a naturalização das diferenças de gênero, através de uma prática social diferenciada (BIRREL e COLE, 1990; DUNCAN, 1990). Essa hierarquia é produzida e reforçada pela mídia quando mantém a atleta feminina à sombra.

O judô foi uma das modalidades disputadas por atletas brasileiras/os de ambos os sexos, com cinco mulheres entre doze inscritas/os. Edinanci, a concorrente na categoria meio pesado, chegou a ser destaque no início das edições antes das disputas, mas a única alusão ao judô feminino foi dado à meio leve Fabiane Hukuda. A atleta é retratada numa situação de pleno desfavorecimento, levando-nos à inferência já apontada anteriormente (ROMERO, 2008), denunciando que a cobertura dada às mulheres, presentemente às do atletismo e do judô, são trivializadas e desvalorizadas.

Algumas das modalidades descritas no rol de inscrição aos Jogos sequer ganharam direito à foto ou nota no jornal. Inferimos assim que o tratamento da mídia é desigual quando se trata de atletas masculinos e femininos. Isso nos levou a concordar com Freitas (2002) quando afirmou que os editores publicam, de acordo com a

sua opinião, matérias sobre ambos os sexos valorizando-os ou não.

Analisando o aspecto do desempenho atlético das/os atletas, constatamos que no universo de 203 imagens e textos às várias situações durante os jogos, os homens foram mencionados 41 vezes ao longo do evento, ao passo que as mulheres 36 quanto à sua performance.

Considerações finais à luz das recomendações da *Women's Sports Foundation*

Revisitamos nossos escritos, com o olhar das recomendações da Fundação, norteados pela ótica do gênero, sobre a cobertura dada pela imprensa esportiva do Rio de Janeiro às/aos atletas de ambos os sexos participantes dos Jogos Olímpicos de 2004, cuja estratégia metodológica empregada foi a análise de conteúdo. Procedemos então o cotejo entre nossos achados e as questões propostas pela Fundação.

Será que a mulher parece uma atleta?

Sim, as mulheres do presente estudo se pareciam com atletas. Porém, as imagens, pela capacidade de reproduzir e sugerir, por meios expressivos, sentimentos e valores, juntamente com os textos, revelaram-se como valiosas ferramentas que auxiliaram a “radiografar” as construções culturais masculinas e femininas, além de detectar a articulação do poder da imprensa esportiva.

Será que ela se veste como tal? Suas roupas são adequadas? Alguma parte significativa do corpo ausente?

Os resultados obtidos revelam convicções sexistas, uma vez que evidenciou a imagem corporal feminina num propósito velado (ou não) de ressaltar, promover ou demonstrar os atributos físicos. Isso porque observamos várias imagens das atletas clicadas de costas, evidenciando alguma parte significativa do corpo feminino, valorizada pela imprensa. Crítica às vestes como presumivelmente não adequadas também ficou explícita. “Olha o collant das gregas” ressaltava uma das legendas, exibindo a atleta de costas com parte dos glúteos à mostra. Ora, se a Fundação traçou normas para tratamento de forma igualitária no quesito vestimenta, a imprensa deixou a desejar. Esta, capitaneada por homens, está longe de um padrão de tratamento igualitário entre as/os atletas de ambos os sexos.

Será que as palavras correspondem às imagens?

As imagens selecionadas e divulgadas no período dos Jogos perpassam a ideia do atleta masculino como herói, um mito construído pela imprensa esportiva útil para preencher páginas do jornal, e para servir, também, de assunto para entrevistas e comentários. Um dos exemplos dessa situação é o “herói” Vanderlei Cordeiro de Lima. Nenhuma mulher foi alçada a essa condição, mesmo com todo empenho e esforço despendido.

Concordamos com Freitas (2002) quando enfatiza que os meios de comunicação têm um importante papel a desempenhar, posto que a

responsabilidade social dos veículos tanto pode construir como destruir a consciência social e o exercício da cidadania perante questões do ponto de vista cultural.

Como nosso aporte no conceito de poder deriva de Foucault (1989; 2002), podemos afirmar que a imprensa articula o poder, que é dirigido aos corpos, valorizando-os ou não. Nesse entendimento, a hipótese de tratamento diferenciado para homens e para mulheres ganha força, pois nem sempre as palavras correspondem às imagens.

Existe diversidade em relação à etnia?

Na Ginástica Artística, os dados apontaram que a atleta Daiane dos Santos somente foi destaque pelo grau de dificuldade que o exercício acrobático lhe exigia, numa clara expectativa de medalha. Nada foi realçado sobre sua beleza ou negritude. As demais atletas de talento no futebol feminino, por exemplo, só foram fotografadas quando reconhecidas suas habilidades. As demais meninas da equipe não receberam atenção da imprensa. Depreendemos que existe, sim, diversidade entre atletas em relação à etnia.

Será que as inserções são proporcionais entre atletas homens e mulheres?

Particularmente com relação ao rendimento atlético, verificamos que o tratamento da mídia foi desigual, com menor visibilidade às mulheres. Com apoio nos dados, constatamos que a mídia escrita divulgou entre as 203 fotos e

textos, 119 reportando-se aos homens e 84 em relação às mulheres, para uma delegação que teve praticamente igual número de homens e mulheres inscritas/os.

A mulher esteve sempre numericamente abaixo das inserções masculinas, e o distanciamento dos números de imagens e textos entre os sexos cresce expressivamente, quase que dobrando o número de vezes em que a imprensa dá destaque aos atletas do sexo masculino em relação ao feminino.

Aceitamos a premissa de que o espaço reservado ao esporte na mídia escrita é masculino. Esses dados servem de alerta para o poder que a imprensa exerce, mantendo as desigualdades de gênero. Essa prática social diferenciada é sustentada pela mídia que mantém a atleta na invisibilidade, reforçando assim a hierarquia de gênero.

Em tempos de transição social no esporte, quando muitas mulheres estão fazendo um formidável esforço para minimizar determinadas noções de diferenças entre os sexos e, por sua vez, numa época em que os homens estão lutando para mantê-las, o papel da mídia não pode ser esquecido. A mídia ajuda a organizar os caminhos por meio dos quais vimos a conhecer ou entender o relacionamento entre gêneros, e assim serve para construir um consenso público a respeito do que é considerado masculino e feminino. Serve também para enaltecer ou destruir um/a atleta.

Diante dos escritos, temos a convicção de que a atleta mulher recebe tratamento diferenciado pela imprensa esportiva, uma vez que sua estética corporal é enaltecida e, ainda assim, isso só ocorre se sua beleza estiver

em conformidade com os padrões convencionados.

Pelo que podemos vislumbrar, a imprensa esportiva (re)produz as desigualdades de gênero. Dessa forma, normatiza que o esporte continue a arquitetar e ressaltar as diferenças entre os sexos com base na heteronormatividade. A imprensa designa imagens paralelas de homens e mulheres – ressalva imagens e, por meio de palavras, reforça e perpetua o vínculo patriarcal.

A partir desse raciocínio, inferimos que o sexismo e as hierarquias de gênero estão presentes não só nas desiguais e diferentes formas de representação do masculino e do feminino, como também nos papéis produzidos pela mídia, que legitimam os estereótipos presentes na sociedade.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Disponível em: <http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com.br/> Acesso em 9 de maio de 2011

BARROS, Ciro. **Jornalismo esportivo: nem mulheres nem fontes**. Disponível em: apublica.org/2012/10/jornalismo-esportivo-nem-mulheres-nem-fontes. Acesso em 29 de maio de 2014.

BIRREL, S. e COLE, C.L. “Doublé faut: Renne Richards and the construction and naturalization of difference”. **Sociology of Sport Journal**. N°.7, p. 1-21, 1990.

CALÇADE, Paulo. “O ‘nosso’ e o ‘delas’”. In: **SIMÕES: II Fórum de debates sobre mulher e esporte. Mitos e verdades. Anais**. Departamento de Esporte da Escola de Educação Física e Esporte.

Universidade de São Paulo. p. 29-30. São Paulo, 2002.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **O Brasil nos Jogos**. Disponível em: www.cob.org.br. Acesso em 13 de abril de 2005.

DUNCAN, M. C. “Sport photographs and sexual difference: images of women and men in the 1984 and 1988 Olympic Games”. **Sociology of Sport Journal**. n° 7, p. 22-43, 1990.

DUNING, Eric e MAGUIRE, Joseph. “As relações entre os sexos no esporte”. Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. V. 5, n° 2, p. 321-348, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**: 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREITAS, Sidnéia Gomes. “Mulher: fonte e instrumento de poder”. In: **SIMÕES: II Fórum de debates sobre mulher e esporte. Mitos e verdades. Anais**. Departamento de Esporte da Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo. p. 67-70. São Paulo, 2002.

KANE, Mary Jo e PARKS, Janet B. “The social construction of gender difference and hierarchy in sport journalism - Few new twists on very old themes”. **Women in Sports Physical Activity Journal**. V.1, n.1. p. 49-83, sept, 1992

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história**. São Paulo: Mackenzie, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. “Gênero, história e educação: construção e desconstrução”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v.20, n.2. p. 101- 132. jul/dez. 1995.

MESSNER, M. A. “Sports and male dominations the female. Athlete as

contested ideological terrain”. **Sociology of Sport Journal**. N°.5. p. 197-211. 1988.

O GLOBO. **Caderno de Esportes**. Olimpíadas 2004. Rio de Janeiro. Edição de 22 de julho de 2004.

_____. **Caderno de Esportes**. Olimpíadas. Rio de Janeiro. Edição de 11 a 30 de agosto de 2004.

PEREIRA, E.G.B., PONTES, V.S. e RIBEIRO, C.H.V. “Jogos Olímpicos de Londres 2012: o gênero em foco nas imagens de brasileiros e brasileiras”. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá/PR. 2014a. no prelo.

_____. “Revelações dos fotógrafos desportivos brasileiros sobre relações de gênero”. **Motricidade**, FTCD/PT. 2014b. no prelo.

ROMERO, Elaine. “Construção da masculinidade e da feminilidade no esporte pela mídia escrita”. In: ROMERO e PEREIRA. **O universo do corpo**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 333-385.

_____. **E agora, vão fotografar o quê? As mulheres no esporte de alto rendimento e imprensa esportiva**. 2005. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/perspectivas/elaine.htm. Acesso em 07/05/14.

_____. “A (in)visibilidade da mulher atleta no jornalismo esportivo do Rio de Janeiro”. In: SIMÕES e KNIJNIK: **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004. p. 213-252.

ROMERO, Elaine et al. “O olhar da imprensa sobre o vôlei feminino: quando a sombra se destaca”. **SASUSVITA**. Bauru/SP, v. 33, n. 1, p. 17-44, 2014.

SABO, Donald. “O estudo crítico das

masculinidades”. In: ADELMAN e SILVESTRIN (Orgs.). **Gênero plural**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p. 33-46.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v.20, n.2. p. 71-99. jul/dez. 1995.

WEINECK, Jürgen. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 2000.

WOMEN’S SPORTS FOUNDATION – **Media** – images and words in women’s sports. Disponível em: <https://www.womenssportsfoundation.org/>. Acesso em 05 de abril de 2014.

No ano em que o Brasil recebeu a Copa do Mundo de Futebol e se organiza para realizar o maior evento esportivo do mundo— os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – em 2016, no Rio de Janeiro, é oportuna a reflexão sobre a promoção e garantia do direito das mulheres ao lazer e esporte enquanto prática lúdica e mesmo profissional. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero vem atuando no monitoramento de indicadores, especialmente por meio do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM); entretanto, ainda são poucos os dados disponíveis que possibilitam conhecer o exercício do direito ao esporte pelas mulheres – e, conseqüentemente, formular, monitorar e incidir nas políticas públicas para garanti-lo.

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve discussão da disponibilidade de dados estatísticos e registros administrativos sobre a temática do esporte, destacando aqueles adotados pelo RASEAM, e apontando os avanços e as lacunas que ainda precisam ser supridas. O monitoramento de indicadores possibilita o diagnóstico regular de situações que se deseja investigar, bem como incidir na elaboração e/ou aprimoramento de políticas públicas nas diferentes esferas do governo, a avaliação da eficiência e eficácia dessas ações, além de alterações legislativas. Permite, ainda, o conhecimento, o acompanhamento e a participação da sociedade civil graças à transparência dada a ações e resultados, além de possibilidade de aprofundamento pela academia. Trata-se, portanto, de atividade fundamental para pensar as transformações pelas quais queremos que a sociedade passe.

A Constituição Federal de 1988, ao incluir em seu texto o esporte e o

lazer como direitos, incumbe ao Estado o protagonismo de sua efetivação. Deste modo, cabe ao poder público fornecer os meios para que meninas e meninos, mulheres e homens possam gozar e usufruir o lazer, bem como praticar atividades físicas e esportes em condições igualitárias. Entretanto, as desigualdades de gênero se manifestam no acesso desigual de meninas e mulheres aos equipamentos e às políticas públicas existentes, impedindo o pleno exercício de seus direitos.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015 prevê, em seu capítulo 8, uma série de ações, de responsabilidade conjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR com o Ministério do Esporte, para a promoção do direito das mulheres ao esporte e lazer e para o enfrentamento dos preconceitos de gênero. Entre as ações do PNPM relativas à promoção do acesso igualitário ao esporte e lazer destacam-se: fomentar a pesquisa, a realização de diagnósticos e a difusão de conhecimento em torno da participação das mulheres nas atividades de esporte e lazer; organizar seminários relacionados à participação de mulheres em esporte e lazer; promover a valorização das mulheres atletas, com atuação em todas as modalidades esportivas e em todas as funções possíveis no esporte, bem como contribuir para que se criem condições para maior presença feminina nas arenas esportivas; e, por fim, buscar maior divulgação das realizações e conquistas das mulheres nos esportes pela mídia.

O RASEAM, por sua vez, é uma publicação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da SPM/PR que consolida dados sobre a realidade socioeconômica das mulheres no

Brasil. Trata-se de um instrumento que visa monitorar e analisar os avanços e desafios vivenciados por essa parcela da população, apresentando sempre dados com a desagregação por sexo. Ainda que a Lei 12.227, de 12 de abril de 2010, que institui o RASEAM, não tenha previsto a inclusão de indicadores sobre o tema esporte, o Relatório o incorpora por sua relevância para a análise da igualdade de gênero nas políticas públicas e do acesso das mulheres ao direito constitucional ao esporte e ao lazer. Assim, o RASEAM destinou um de seus capítulos para a análise dos índices de participação e de acesso da população feminina nas políticas públicas de promoção do esporte e do lazer. Para tanto, são publicizadas e analisadas informações de bases de dados oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos Ministérios do Esporte, da Saúde e da Educação, além de informações disponibilizadas nas páginas dos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros na internet.

As informações disponibilizadas pelo Ministério do Esporte dizem respeito aos programas e políticas públicas por ele implementadas. Destaca-se o Programa Bolsa Atleta, que atende atletas com bons resultados em competições indicadas pelas confederações desportivas de cada modalidade com auxílio financeiro anual. Este Programa beneficia atletas divididos em cinco categorias: atleta de base, estudantil, nacional, internacional e olímpica/o ou paralímpica/o. A iniciativa tem apresentado adesão crescente de atletas, desde sua regulamentação em 2005, quando o número de contempladas/os foi de 924, segundo o próprio Ministério. Em 2014, o Programa beneficiará 6.667 atletas. Os dados, ainda que positivos, dificultam a

análise ampliada a respeito do ingresso de mulheres entre as beneficiárias, uma vez que não está organizado os números de atletas olímpicas/os e paralímpicas/os beneficiadas/os pelos recursos a cada edição dos Jogos. Entende-se por fundamental a viabilidade dos referidos dados de modo que se permita avaliar a incidência da política pública entre os esportes de alto rendimento. Além do Bolsa Atleta, outra ação do Ministério do Esporte que tem merecido atenção pelo RASEAM é o Programa Segundo Tempo, que busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Em levantamento feito em 2012, o Programa apontou o predomínio masculino entre as/os beneficiárias/os (61,6%). Essa estatística revela a existência de aspectos culturais de nossa sociedade que ainda reforçam papéis e espaços distintos para mulheres e homens, desde a infância, quando os meninos são mais incentivados à prática de atividades físicas que as meninas. Perpetua-se, assim, o desigual acesso de meninas e mulheres às práticas de lazer e exercício físico, o que tem impactos tanto na sua saúde quanto na possibilidade de profissionalização das mulheres como atletas de alto rendimento.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) dispõe de informações desagregadas por sexo no que tange à composição da delegação brasileira, às modalidades que conquistaram medalhas, aos resultados e ao quantitativo de medalhas em cada edição dos Jogos Olímpicos, desde os Jogos de Paris, em 1924. Entretanto, há dificuldade de se encontrar informações desagregadas

por sexo concernentes à composição do corpo técnico das delegações brasileiras e suas funções, o que possibilitaria mensurar a participação feminina entre técnicas/os, auxiliares, equipe médica e de preparação física. Nos Jogos de Londres, em 2012, a delegação contou com 259 atletas, sendo 123 mulheres e 136 homens. A maior participação brasileira em Olimpíadas se deu em Pequim, em 2008, quando 277 atletas (133 mulheres e 144 homens) representaram o país.

Em sua página na internet, o COB também apresenta as Confederações responsáveis pelas modalidades olímpicas; o acesso às suas informações permite conhecer sobre a presença feminina na direção dessas organizações. Entre as 30 Confederações, apenas a Confederação Brasileira de Ginástica tem no cargo de presidente uma mulher.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), por sua vez, disponibiliza seus registros sobre a participação brasileira nos Jogos Paralímpicos e organiza arquivos em sua página na internet com as informações e análises gráficas sobre o histórico dos Jogos Paralímpicos desde 1952, com desagregações por sexo; dados sobre as/os medalhistas desde a edição de 1972, em Heidelberg/Alemanha, até a de 2008, em Pequim/China, apresentando-os desagregados por número de modalidades disputadas, modalidades com conquista de medalhas, as medalhas conquistadas e sexo. Os registros da instituição apontam uma oscilação geral da participação das atletas brasileiras com crescimento nas últimas edições, enquanto os homens obtiveram crescente participação a cada edição dos Jogos Paralímpicos.

A Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas

por Inquérito Telefônico (VIGITEL), do Ministério da Saúde, apresenta dados sobre a prática de atividade física. A pesquisa é realizada entre pessoas adultas, com 18 anos de idade ou mais, residentes nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O foco da pesquisa é monitorar a magnitude de doenças e agravos não transmissíveis analisando seus determinantes sociais, econômicos e comportamentais. A prática de atividade física se relaciona, nesse sentido, aos temas de prevenção e incidência de doenças. A pesquisa apresentou dados que revelam uma sociedade mais ativa no que se refere à prática esportiva, comparando-se os anos de 2009 e 2013, porém confirmam o que se percebe em outras bases: a desigualdade entre os gêneros marcada por papéis sociais que ainda restringem o exercício do direito das mulheres ao esporte e lazer. Os homens são os mais ativos: 41,2% praticam exercícios em seu tempo livre, enquanto em 2009 eram 39,7%. Entretanto, o aumento da prática de exercícios entre as mulheres foi proporcionalmente maior, passando de 22,2% para 27,4%.

Já a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), do IBGE, apresenta resultados da investigação sobre fatores de risco e proteção à saúde das/os escolares do 9º ano do ensino fundamental em todas as Unidades da Federação. Trata-se de uma base de dados importante por permitir que se avalie o acesso de meninas e meninos a espaços de lazer e atividade física nas escolas, bem como até que ponto elas/es se apropriam desse espaço e praticam exercício físico. Os dados de 2012 – ano da última pesquisa realizada – mostraram que o percentual de alunas/os praticando alguma atividade física com regularidade no Brasil era de

apenas 30%. As/os estudantes da Região Sul eram as/os que mais praticavam atividade – 27,5% das meninas e 47,4% dos meninos, o que merece atenção não apenas do Ministério da Saúde, como também de outros Ministérios como o do Esporte e da Educação. Com efeito, a pesquisa revela uma brecha que necessita ser trabalhada a fim de que as/os estudantes não apenas desenvolvam o interesse pelo exercício físico e possuam a regularidade na prática, mas também lhes seja garantida a igualdade de oportunidades nas modalidades e espaços oferecidos nas escolas. A referida Pesquisa, no entanto, não é suficiente para possibilitar o monitoramento regular desses indicadores, pois não tem garantida sua continuidade e periodicidade.

Os registros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) poderiam ser interessantes para integrar o rol de indicadores do RASEAM. Porém, não foram utilizados pelo fato das informações relativas às jogadoras de futebol incluírem, tão somente, a contabilização de atletas, não contemplando a informação desagregada por condição – se atletas profissionais ou amadoras, o que impossibilita uma análise clara sobre a situação feminina neste esporte. Em oposição, as informações sobre os jogadores de futebol são organizadas com a desagregação entre atletas profissionais e amadores. O registro geral de atletas da Confederação aponta a existência de 6.075 jogadoras de futebol, enquanto os homens são 10.012 entre os profissionais. Ainda que o Brasil possua destaques individuais na modalidade, como a atleta Marta Vieira da Silva, eleita por cinco vezes a melhor jogadora de futebol feminino do mundo – um recorde entre mulheres

e homens –, e destaques coletivos, como a Seleção Brasileira feminina de futebol, o futebol feminino no país ainda carece de infraestrutura e de melhores condições para a sua prática. A ausência de campeonatos regulares, de patrocínios, de cobertura da mídia, de estruturação de clubes e de presença feminina nos altos cargos relacionados ao esporte denota o baixo prestígio dessa modalidade, e, certamente, contribuem para que esse considerável número de atletas mulheres não tenha a profissão reconhecida – ao contrário do que acontece entre os homens – e permaneça alijada de condições e direitos para desenvolver-se plenamente.

Quando consultado o quadro de arbitragem da CBF, verifica-se a baixa representatividade feminina entre os cargos decisórios dentro do campo de futebol, que são as/os árbitras/os, assistentes e assessoras/es. No papel de árbitras/os, sete mulheres compõem o quadro de 194 integrantes; já no papel de assistentes, 54 entre 287 são mulheres; e, por fim, no papel de assessor/a, há apenas uma representante entre as/os 69 componentes do quadro. Verifica-se, aqui, que o acesso aos cargos se dá muito mais pelo do gostar e apreciar o futebol – além do entendimento, ainda presente, de tratar-se de um esporte masculino – do que por razões financeiras ou profissionais, uma vez que a atividade não é regulamentada pelo Ministério do Trabalho. No entanto, a presença feminina nesse rol desvela o crescente interesse pela modalidade, ainda que permeado por preconceitos sobre o saber sobre o futebol e suas regras.

O que se percebe a respeito das bases de dados disponíveis sobre o universo desportivo é a carência de

uma sistematização periódica e regular dos dados, a baixa preocupação com a perspectiva de gênero na apresentação dos dados disponíveis e uma divulgação ainda limitada dos resultados de programas e políticas públicas do Governo Federal relacionados ao lazer e esporte. Não há informações para que se possam comparar os valores advindos de patrocínios; valores de premiações; número de competições oficiais; número de dirigentes e gestoras/es esportivas/os; número de técnicas/o; árbitras/os; comentaristas e repórteres esportivas/os; número de equipes por modalidade; entre outras. Essas informações desagregadas são fundamentais para uma análise pormenorizada da realidade de mulheres e homens no contexto esportivo e do exercício do direito constitucional ao esporte e ao lazer pelas mulheres brasileiras, pois permitem que sejam identificadas as lacunas, em diversos contextos da sociedade, nas quais a desigualdade de gênero perdura e exclui.

Constatar-se-ia, por exemplo, as barreiras existentes às meninas no acesso a espaços de lazer e exercício físico; as maneiras distintas como homens e mulheres usufruem de seu tempo de lazer e os impactos que isso tem do ponto de vista da saúde física e mental e da garantia de direitos das mulheres; a pequena representatividade feminina nos cargos diretivos do esporte nacional e entre árbitras/os e assistentes; a distribuição diferenciada de valores das premiações e no número de competições regulares em relação aos homens; e, também, na maneira diferenciada que o esporte feminino tem sido mostrado na mídia – mais preocupada em avaliar a estética que o desempenho, por exemplo. Tratam-se de contextos em que a desigualdade de

gênero é latente e a não apresentação de dados sem esse recorte reflete essa condição.

A qualidade e cobertura insuficientes das estatísticas e informações que são relevantes para a investigação da presença feminina nesse campo traduzem a necessidade de investimento na produção, transparência e análise de dados que permitam conhecer e monitorar o exercício do direito ao lazer e esporte – profissional ou não, e a intervenção por meio de ações e políticas que garantam a atuação, em igualdade de condições, por meninas e mulheres.

Entrevistas

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero realizou entrevistas por e-mail com duas personalidades femininas do esporte nacional e internacional. Perguntamos a elas sobre como se deu o início de suas carreiras esportivas, o

seu interesse e a escolha pelo esporte; os desafios e momentos marcantes de suas carreiras; e que avaliação fazem sobre o acesso de meninas e mulheres às práticas esportivas no Brasil.

ENTREVISTA COM TEREZINHA GUILHERMINA

Terezinha Guilhermina é uma das atletas mais premiadas da história paraolímpica do Brasil e um dos principais nomes do atletismo mundial, com seis medalhas paralímpicas (três ouros, uma prata e dois bronzes). Está no Guinness Book de 2013/2014 como a “cega” mais rápida do mundo e integra, ainda, o Conselho de Atletas do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Confira, a seguir, a entrevista concedida pela atleta Terezinha Guilhermina à Revista do Observatório.

Observatório: Como se deu o seu interesse pelo atletismo? Quando e como começou a correr?

Terezinha Guilhermina: Em 2000, eu havia concluído o segundo grau técnico em administração e não encontrara mercado de trabalho favorável. Soube que haveria uma equipe de treinamento de pessoas com deficiência em Betim, cidade onde eu morava. Na ocasião, eu me inscrevera para fazer natação, pois eu tinha maiô. Porém, meu desejo era de fazer atletismo, mas eu não tinha o par de tênis, o que inviabilizaria que eu praticasse corridas.

Em uma conversa com minha irmã, eu comentei sobre meu desejo de correr e a impossibilidade por não ter os tênis. Então, minha irmã Evânia me doou o único par de tênis que ela tinha. E foi assim que comecei a correr.

Observatório: Você sentiu, em algum momento, desafios específicos por ser mulher?

Terezinha Guilhermina: Sim, os desgastes físicos são maiores que dos atletas homens. Há também a ausência de atletas-guias mulheres.

Observatório: Quais os desafios você teve que superar para se consagrar como atleta profissional?

Terezinha Guilhermina: Considero a ausência de recursos financeiros, nos três primeiros anos da minha carreira, como meu principal desafio. A falta de um/a atleta-guia, para me auxiliar nos treinamentos, me obrigava a treinar sozinha e, por não enxergar bem, acabava sofrendo alguns acidentes como trombadas e quedas.

Observatório: Se você pudesse listar os principais fatores de apoio e incentivo que te ajudaram a perseverar, quais seriam os mais importantes?

Terezinha Guilhermina: A fé em Deus; o apoio do meu pai e meus irmãos; o sonho de mudar minha história; a certeza de que o preconceito não me limitaria; todos os amigos e torcedores que me incentivavam.

Observatório: Quais foram os momentos mais marcantes da sua carreira?

Terezinha Guilhermina: A primeira vez que quebrei o recorde mundial em São Paulo, no mundial da IBSA, em 2007, foi um momento marcante. Outro foi a compra da casa para o meu pai, em 2008. As Paralimpíadas de Londres, em 2012, como um todo, foram inesquecíveis para mim.

Observatório: Como foi estar ao lado de seus irmãos em grandes competições como as Paralimpíadas?

Terezinha Guilhermina: Foi singular, pois nos Jogos Paralímpicos de Atenas (2004), tive a presença da minha irmã Sirlene; enquanto que, nas Paralimpíadas de Pequim (2008), contei também com a presença do Pedro, sendo ambos velocistas. Eu os considero os meus maiores torcedores e apoiadores, o que me ajudou muito a superar as adversidades da ocasião.

Observatório: Como está a preparação para os Jogos Paralímpicos de 2016?

Terezinha Guilhermina: Estou trabalhando intensamente, com vistas de chegar lá bem melhor do que estive em Londres. Para isso, graças a Deus, tenho podido contar com os patrocínios da Caixa Loterias, do Time São Paulo, da Visa e do Governo Federal, por intermédio do Bolsa Pódio. E, por isso, posso me dedicar a treinos diários, trabalhos preventivos de lesões e acompanhamento psicológico e nutricional da melhor qualidade.

Observatório: Qual é a sua principal meta enquanto atleta?

Terezinha Guilhermina: Superar minhas marcas, de tal maneira a me tornar um ícone do esporte paralímpico mundial.

Observatório: Como é a sua participação no Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB?

Terezinha Guilhermina: Além de ser uma das integrantes da seleção brasileira adulta, atualmente, sou membro do Conselho Nacional dos Atletas. Sou também representante das/os atletas das Américas.

Observatório: Como você avalia o acesso de pessoas com deficiência ao esporte? E a inserção de mulheres no mundo desportivo? O que deve ser melhorado e garantido no sentido de promover a igualdade no acesso às mais diversas práticas esportivas?

Terezinha Guilhermina: A respeito das pessoas com deficiência na prática desportiva, acredito que a mídia poderia ajudar mais, afim de que todas/

os/as deficientes tenham acesso à informação de que, embora tenham limitações, podem sim praticar esportes competitivos. Porém, devido ao fato de que os Jogos Paralímpicos de 2016 acontecem no Brasil, os investimentos que têm sido feitos para o desporto têm viabilizado, por meio de oportunidades igualitárias, que mais pessoas com deficiência se descubram esportistas.

Já no que tange às mulheres, considero a situação bastante complexa, pois em geral somos consideradas o “sexo frágil”, além da sociedade nem sempre reconhecer o esporte como uma profissão. Isso às vezes nos obriga a executar tarefas duplas. Em ambos os casos, porém, estamos evoluindo e já conquistamos muito, no que tange ao exercício de direitos, o que tem se tornado motivador para maiores e melhores conquistas.

Observatório: Você pretende trabalhar com psicologia no futuro, depois de aposentada? O que mais te atrai nessa área?

Terezinha Guilhermina: Sim, porém, até que eu saia em definitivo das pistas como atleta, pretendo exercer a profissão, nas minhas horas vagas, dentro das minhas possibilidades, além de me dedicar a estudar mais sobre o assunto, pois pretendo fazer especializações na área. O que mais me atrai na psicologia é a certeza de que o ser humano é mais poderoso por dentro do que por fora. E que, psicologicamente falando, não há limitações reais.

ENTREVISTA COM ADRIANA BEHAR

Adriana Behar é uma das principais atletas brasileiras de todos os tempos. A ex-jogadora de vôlei de praia é dona de mais de mil vitórias e 114 títulos conquistados ao longo de doze anos de parceria com Shelda, entre eles as medalhas de ouro no Pan-Americano de Winnipeg e as de prata nas Olimpíadas de Sydney (2000) e de Atenas (2004). Aposentou-se em 2008 e hoje atua como Gerente de Esportes de Alto Rendimento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Confira, abaixo, a entrevista concedida por Adriana Behar à Revista do Observatório.

Observatório: Conte-nos um pouco sobre o surgimento do seu interesse pelo vôlei.

Adriana Behar: O esporte sempre esteve presente na minha infância, meu pai era instrutor de educação física do Exército e minha mãe sempre gostou de esporte. Desta forma, meu contato com a atividade física começou em casa. Aprendi a nadar, fazer algumas peripécias de ginástica olímpica (o nome da modalidade na época), jogar vôlei, basquete, tênis e futebol. Na colégio, fiz parte da equipe de vôlei. Sempre nas férias, jogava frescobol e brincava de pegar onda na praia com o meu pai e minhas irmãs. Dos 10 aos 15 anos, fiz patinação artística no Flamengo, fiz parte do elenco do show “Mengo sobre Rodas” e cheguei a participar de algumas competições desta modalidade.

Observatório: Você deu início à sua carreira no Flamengo e, mais tarde, iniciou a parceria campeã com Shelda, que durou 12 anos. Como se deu a sua inserção profissional? Quais foram os principais desafios enfrentados?

Adriana Behar: Foi com 16 anos que migrei da patinação para o voleibol de quadra. Fiz o teste e passei para a equipe infantil do Flamengo, mal sabia que a distância de aproximadamente 150 metros, entre a quadra de patinação e o ginásio de voleibol, seria o grande salto para o esporte de alto rendimento.

Joguei vôlei de quadra por 8 anos, 2 anos no Flamengo, 3 anos na Supergasbrás, 1 ano em Portugal e 2 anos na Itália. Foi no segundo semestre de 1993 que resolvi voltar para o Brasil e iniciar minha carreira no vôlei de praia. No começo, fiz parceria com algumas atletas, mas somente no final de 1995 que iniciei a parceria tão vitoriosa com a Shelda.

Inicialmente, não tínhamos apoio e patrocínio, tínhamos somente a vontade, dedicação, compromisso e obstinação de conseguir se destacar como dupla de vôlei de praia no Brasil e no Circuito Mundial.

Observatório: Você sentiu em algum momento desafios específicos por ser mulher?

Adriana Behar: Senti, mas fui me adaptando às possibilidades sem desanimar. Um exemplo foi que antes

de iniciar no vôlei, tinha vontade de ser jogadora de basquete, mas na época não tinha equipes femininas nos clubes próximos à minha casa, no Rio de Janeiro, desta forma a única opção que tive foi o voleibol. De certa forma, não posso dizer que isso me prejudicou! Risos.

Minha família sempre me apoiou, fui morar sozinha fora do Brasil com 19 anos, em nenhum momento foi levantada em consideração a dificuldade por eu ser mulher. Meu pai era Coronel do Exército e nem por isso criava limites para as três filhas.

Nos primeiros anos do vôlei de praia, o número de duplas femininas era menor do que o de duplas masculinas e a premiação também. Após vários anos, depois mesmo de termos sido campeãs do Circuito Mundial por 4 anos, é que conseguimos igualar o número de duplas e o valor da premiação para as mulheres, mas nem isso me desmotivava ou atrapalhava o meu desenvolvimento.

Posso mencionar uma situação em que me senti desconfortável: quando passou a ser regra obrigatória no vôlei de praia feminino o uso de sunkini e top, sendo que os homens continuavam jogando de short e camiseta, aliás, como é até hoje.

Observatório: Como você avalia as diferenças entre a época da sua inserção no vôlei e o atual cenário, quase vinte anos mais tarde?

Adriana Behar: Melhorou muito, como comentei anteriormente, hoje o número de duplas, de campeonatos e o valor de premiação são iguais para os dois gêneros. Mas, ainda identifico uma maior dificuldade da renovação do vôlei

de praia feminino do que do masculino.

Observatório: Como se deu a sua aposentadoria do vôlei?

Adriana Behar: A cada ano que passava, sabia que estava mais próxima da decisão de me aposentar. Após passar um ano praticamente à base de anti-inflamatório para conseguir treinar e jogar e perceber que a minha qualidade técnica já não era mais a mesma, em 2007 resolvi deixar a vida de atleta de alto rendimento e encerrar a minha carreira esportiva.

Observatório: Como é o seu trabalho no Comitê Olímpico Brasileiro - COB? Há a preocupação de promover debates que priorizem a equiparação de condições entre homens e mulheres na prática do esporte e em grandes competições?

Adriana Behar: Estou à frente da área de Planejamento Esportivo do Comitê Olímpico Brasileiro desde janeiro de 2013. Hoje lidero uma equipe de 9 colaboradoras/es. Quando assumi o cargo, a equipe era formada por 1 mulher e 3 homens. Hoje a equipe é composta de 4 mulheres e 5 homens, trabalhamos no planejamento das modalidades esportivas com vistas aos Jogos Olímpicos, onde acompanhamos as metas esportivas, o desenvolvimento das/os atletas e as boas estratégias para alcançar os melhores resultados da delegação Brasileira.

Acumulo a função de Presidente da Comissão de Mulher no Esporte do COB, cujo objetivo é, entre outros, a equiparação dos gêneros no acesso à atividade física e na permanência no esporte. Desenvolvemos um

projeto de identificação de lideranças femininas, trazendo para o COB aprendizes femininas para trabalhar com mulheres líderes, onde todas assumem papéis específicos e mútuos no desenvolvimento profissional.

Observatório: Era uma proposta sua criar um centro de treinamento e apoio a jovens atletas juntamente com a Shelda, sua ex-parceira de vôlei de praia e grande amiga. Por que esse objetivo e como anda o projeto?

Adriana Behar: Neste momento, estamos priorizando as funções que exercemos cada uma na sua cidade. Este projeto ainda existe, pretendemos realizá-lo no futuro. Acredito que, no cargo que ocupo, tenho a possibilidade de colaborar de maneira expressiva em relação à igualdade de gênero, tanto no acesso e permanência de mulheres no esporte quanto na liderança executiva dentro da gestão esportiva.

Observatório: Quais as principais dificuldades encontradas por uma jovem atleta/iniciante no atual cenário esportivo do Brasil? Como se tem trabalhado, nesse sentido, para otimizar o acesso e as condições para a prática desportiva para meninas e mulheres?

Adriana Behar: Acredito que no nosso país as dificuldades são mais culturais do que da prática em si. As meninas na sua grande maioria não são incentivadas na prática esportiva. No COB, temos os Jogos Escolares da Juventude (competição estudantil para jovens entre de 12 a 14 e de 15 a 17 anos), onde os esportes são bem equilibrados e a presença das meninas corresponde a 50% das/os atletas.

Observatório: Quais os desafios que você percebe na inserção de meninas e mulheres na prática desportiva?

Adriana Behar: Ainda existem vários obstáculos dentro das famílias e no mundo em que vivemos. Algumas vezes, por falta de informação, por medo (assédio sexual), por mentalidade familiar, por preconceito e por falta de oportunidade à atividade física, a menina passa mais tempo em casa, assume o trabalho doméstico e perde a oportunidade de iniciar a prática esportiva.

Um dado importante é que as delegações do Brasil que representam o nosso país nos Jogos Olímpicos, em média, são compostas de 49% de mulheres e 51% de homens, ou seja, o Brasil é um dos poucos países do mundo onde há um relativo equilíbrio da sua delegação olímpica.

Observatório: Quais são os desafios, hoje, para um maior acesso feminino aos cargos de direção e gestão desportiva?

Adriana Behar: A mudança vem acontecendo: o Comitê Olímpico Internacional apóia a igualdade de gênero e incentiva o aumento de mulheres em cargos executivos. O Comitê Olímpico Brasileiro segue o mesmo conceito, hoje temos no quadro de funcionárias/os 53% de mulheres. Os desafios ainda existem, mas percebo um número maior de mulheres assumindo cargos de liderança no esporte.

É muito importante que tenhamos modelos de referência de atletas e mulheres líderes que, com sua perseverança, obstinação, dedicação e profissionalismo, ultrapassando

todos os obstáculos, alcançaram seus objetivos e realizaram seus sonhos. Estes exemplos têm que estar cada vez mais presentes nas vidas de meninas e adolescentes.

Observatório: Em entrevista concedida em 2012 ao Jornal “O Estado de São Paulo”, você defendeu a flexibilização das regras para que questões culturais e religiosas não impedissem ou dificultassem a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos de Londres, com a questão dos biquínis e shorts etc. Como você percebe essas políticas/medidas na garantia de acesso pleno das atletas ao esporte e, principalmente, em grandes competições, como no caso das Olimpíadas?

Adriana Behar: O esporte é uma excelente ferramenta para mostrar que outro mundo é possível, com oportunidades iguais para todos, sem discriminação de gênero, raça e religião.

Não podemos forçar os países a mudar suas leis, mas podemos dar exemplos que uma sociedade baseada nesses princípios é possível e funciona ainda melhor.

Observatório: Como você percebe a representação, por parte da mídia, do corpo das atletas, em especial no vôlei de praia?

Adriana Behar: Em algumas situações, a referência da atleta mulher foi feita pela exposição do seu corpo e pela sua beleza, e não por sua técnica e habilidade esportiva. Mas, de modo geral, o foco na qualidade técnica e tática das equipes femininas tem sido visto como prioridade.



Observatório
Brasil da
Igualdade
de gênero



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

